

**FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE SÃO PAULO**

Érick Douglas da Cunha Melo

**O texto da bíblia e sua confiabilidade: uma introdução à crítica textual do Novo  
Testamento e sua aplicação na vida e prática da Igreja**

SÃO PAULO

2025

Érick Douglas da Cunha Melo

**O texto da bíblia e sua confiabilidade: uma introdução à crítica textual do Novo  
Testamento e sua aplicação na vida e prática da Igreja**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como  
requisito para obtenção do título de Bacharel em  
Teologia da Faculdade Teológica Batista de São  
Paulo (FTBSP).

Professor orientador: Jonas Machado

SÃO PAULO

2025

Melo, Érick Douglas da Cunha

O texto da bíblia e sua confiabilidade: uma introdução à crítica textual do Novo Testamento e sua aplicação na vida e prática da Igreja. / Érick Douglas da Cunha Melo. – São Paulo: 2025.  
48 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Teologia) -  
Faculdade Teológica Batista de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Jonas Machado

1. Crítica textual 2. Manuscritos bíblicos 3. Confiabilidade do Novo Testamento 4. Inspiração das Escrituras 5. Fé cristã. I. Título.  
II. Machado, Jonas

CDD 225.404

FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE SÃO PAULO

Érick Douglas da Cunha Melo

**O texto da bíblia e sua confiabilidade: uma introdução à crítica textual do Novo  
Testamento e sua aplicação na vida e prática da Igreja**

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Jonas Machado – Orientador

---

Prof. Dr. Efstathios Tsotsos – Leitor

SÃO PAULO

2025

## SUMÁRIO

1.	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
2.	<b>FUNDAMENTOS DA CRÍTICA TEXTUAL DO NOVO TESTAMENTO</b> .....	12
2.1	DEFINIÇÃO DE CRÍTICA TEXTUAL .....	13
2.2	ORIGEM E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA CRÍTICA TEXTUAL.....	14
2.3	DIFERENÇA ENTRE CRÍTICA TEXTUAL E ALTA CRÍTICA.....	16
2.4	FINALIDADE E IMPORTÂNCIA DA CRÍTICA TEXTUAL .....	17
2.5	MÉTODOS DA CRÍTICA TEXTUAL .....	19
2.5.1	<b>Método Externo</b> .....	20
2.5.2	<b>Método Interno</b> .....	21
3.	<b>MANUSCRITOS, VARIANTES E TRADIÇÕES TEXTUAIS</b> .....	23
3.1	INTRODUÇÃO À TRANSMISSÃO TEXTUAL.....	23
3.2	TIPOS E QUANTIDADE DE MANUSCRITOS.....	24
3.2.1	<b>Papiros</b> .....	25
3.2.2	<b>Maiúsculos (unciais)</b> .....	27
3.2.3	<b>Minúsculos</b> .....	28
3.2.4	<b>Lecionários</b> .....	29
3.3	EXEMPLOS DE VARIANTES TEXTUAIS .....	30
3.4	CATEGORIAS DE VARIANTES E SEUS SIGNIFICADOS .....	31
3.5	TRADIÇÕES E FAMÍLIAS TEXTUAIS .....	33
3.5.1	<b>Texto Alexandrino</b> .....	34
3.5.2	<b>Texto Bizantino</b> .....	35
3.5.3	<b>Texto Ocidental</b> .....	36
4.	<b>RELEVÂNCIA ECLESIAÍSTICA E DEFESA DA CONFIABILIDADE BÍBLICA</b> .....	39
4.1	INTRODUÇÃO: FÉ E CRÍTICA TEXTUAL.....	39
4.2	A INSPIRAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS ESCRITURAS .....	41
4.3	A CRÍTICA TEXTUAL COMO DEFESA DA CONFIABILIDADE.....	42
4.4	ENFRENTANDO OBJEÇÕES POPULARES .....	43
4.5	APLICAÇÕES PASTORAIS E DEVOCIONAIS .....	45
5.	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	47
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	49

## **DEDICATÓRIA**

Dedico totalmente a escrita deste estudo ao Deus que se revelou com fidelidade ao longo da história, que manifestou sua glória de forma suprema na pessoa de seu Filho, Jesus Cristo, e que, em sua graça, enviou o Espírito Santo para inspirar os santos escritos, preservar a verdade e edificar a Sua Igreja. A Ele, o único Deus verdadeiro — sejam a exaltação, a força, a sabedoria e a adoração pelos séculos dos séculos. Aleluia! Amém.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao Deus da minha vida, por sua graça imerecida, por ter me sustentado, dirigido e fortalecido em todos os momentos desta jornada e que prontamente me ajudou em cada instante e renovou minhas forças dia após dia.

Agradeço com a mais sincera gratidão à minha família, em especial aos meus pais, irmãos e minha avó: Euriclides, Maria, João, Rafael e Celina, por todo o conforto, apoio e ajuda em tudo que foi necessário.

Agradeço à digníssima dona Gabrielly, minha noiva e futura esposa, pelo amor, paciência, incentivo e cuidado constante.

Agradeço também aos meus sogros, Luiz e Eliane, e à minha cunhada Laura, por todo carinho e apoio com que sempre demonstraram.

Agradeço à Igreja do Senhor e em um recorte mais específico — Assembleia de Deus, Ministério do Belém — especialmente ao Setor 18, na Vila Espanhola, e à congregação de Casa Verde Baixa, onde congrego. Sem esse auxílio, tamanho exercício acadêmico seria impossível.

Agradeço especialmente à Faculdade Teológica Batista de São Paulo, sobretudo a cada um dos professores e funcionários atuantes, que com dedicação e excelência contribuíram para minha formação. Serão sempre imprescindíveis e inesquecíveis na minha trajetória teológica e ministerial.

Agradeço ao Professor Doutor Jonas Machado por ter aceitado caminhar comigo na orientação deste trabalho. Sua dedicação, atenção aos detalhes e rigor acadêmico foram fundamentais para o aperfeiçoamento de cada parte desta pesquisa.

Agradeço ao Professor Doutor Efstathios Tsotsos por ter sido um leitor extremamente atento e, sobretudo, por me orientar e conduzir nas correções necessárias para a versão final deste trabalho.

Agradeço, por fim, aos meus amigos e colegas da Faculdade, em especial aos alunos Alex, Ana, Lucas, Manuel, Matheus e Shirley, bem como àqueles de outros contextos, como ministérios, congregações e demais espaços de convivência, cuja amizade, incentivo e apoio tornaram essa caminhada mais leve e significativa. Este momento só foi possível graças à ajuda inestimável de cada um deles.

“Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o servo de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra.”

2 Timóteo 3.16-17 (Nova Almeida Atualizada)

**Resumo:**

Este trabalho investiga a confiabilidade do texto bíblico, com ênfase no Novo Testamento, a partir de uma análise histórico-crítica de sua transmissão manuscrita. A pesquisa examina os fundamentos e métodos da crítica textual, explorando os principais manuscritos, variantes e tradições textuais que atestam a preservação e autenticidade das Escrituras ao longo dos séculos. A partir de uma abordagem bibliográfica e analítica, evidencia-se que as divergências textuais, embora numerosas, não comprometem as doutrinas centrais da fé cristã; ao contrário, revelam o cuidado providencial na conservação do texto sagrado. O estudo demonstra que a crítica textual, longe de representar ameaça à inspiração divina, confessada pela fé cristã, constitui-se como instrumento de verificação da fidelidade da transmissão, da integridade do texto neotestamentário e de fortalecimento da fé cristã. Conclui-se que a harmonia entre fé e razão se manifesta na história da transmissão do Novo Testamento, cuja preservação reafirma sua autoridade e relevância espiritual para o contexto eclesiástico ao longo das gerações.

**Palavras-chave:** Crítica textual, Manuscritos bíblicos, Confiabilidade do Novo Testamento, Inspiração das Escrituras, Fé cristã.

**Abstract:**

This study investigates the reliability of the biblical text, with particular emphasis on the New Testament, through a historical-critical analysis of its manuscript transmission. The research examines the foundations and methodologies of textual criticism, exploring the principal manuscripts, textual variants, and traditions that attest to the preservation and authenticity of Scripture throughout the centuries. Based on a bibliographical and analytical approach, the study demonstrates that textual divergences, although numerous, do not compromise the central doctrines of the Christian faith; rather, they reveal the providential care exercised in the preservation of the sacred text. Furthermore, the study argues that textual criticism, far from posing a threat to the doctrine of divine inspiration as confessed by the Christian faith, functions as a valuable instrument for verifying the fidelity of textual transmission, safeguarding the integrity of the New Testament text, and strengthening Christian faith. It concludes that the harmony between faith and reason is clearly manifested in the history of the New Testament's transmission, whose preservation reaffirms its authority and enduring spiritual relevance within the ecclesiastical context across generations.

**Keywords:** Textual criticism, Biblical manuscripts, Reliability of the New Testament, Inspiration of Scripture, Christian faith.

## 1. INTRODUÇÃO

A Bíblia é considerada um dos textos mais importantes da história, reconhecida não apenas como obra de suprema relevância religiosa, mas também como um patrimônio de valor literário, cultural e histórico. Contudo, um fato amplamente reconhecido é que os manuscritos autógrafos do Novo Testamento não foram preservados. Tal ausência se explica, sobretudo, pelo caráter perecível dos materiais utilizados na Antiguidade, especialmente o papiro, amplamente empregado nos primeiros séculos, antes da adoção mais extensa do pergaminho. Diante disso, surge um problema inevitável: como um texto de tamanha importância pode ser considerado confiável se seus autógrafos não mais existem? Essa questão tem despertado debates e levado estudiosos a investigar o processo de transmissão textual ao longo dos séculos, buscando compreender como os escritos bíblicos circularam e foram preservados até chegar à forma que hoje conhecemos. Nesse contexto, insere-se a crítica textual, disciplina que, mediante critérios técnicos e rigor metodológico, busca reconstruir com o máximo de precisão possível a redação primária de um texto antigo, literário ou histórico, aplicando-se também aos escritos bíblicos, sem prejuízo de sua singularidade teológica. (Cabraia, 2012, p. 293; Paroschi, 2012, p. xiii).

Portanto, o presente trabalho busca responder à seguinte questão-problema: Como a crítica textual contribui para a defesa da confiabilidade do texto do Novo Testamento e para a edificação da fé da Igreja? A partir dessa indagação, estabeleceu-se como objetivo geral analisar a confiabilidade do texto neotestamentário à luz dos fundamentos, métodos e resultados da crítica textual, a fim de evidenciar sua relevância teológica e eclesial.

Para alcançar tal propósito, o estudo se organiza em três objetivos específicos:

- Apresentar os fundamentos teóricos e históricos da crítica textual, destacando seus métodos e finalidades;
- Examinar os principais manuscritos, variantes e tradições textuais que compõem o acervo neotestamentário;
- Demonstrar a relevância da crítica textual não na fundamentação da inspiração, mas na verificação histórica da preservação e na reafirmação da confiabilidade textual das Escrituras, bem como suas implicações para a vida e a prática da Igreja.

A relevância acadêmica desta obra consiste em oferecer uma introdução acessível e fundamentada à crítica textual do Novo Testamento, campo essencial para diversas áreas da teologia bíblica. Ao mesmo tempo, sua relevância eclesial e pastoral reside em demonstrar que a fé cristã não se sustenta em achismos, credências ou especulações vazias, mas em uma base documental sólida e verificável, o que conduz à firme convicção cristã na inspiração, providência e preservação das Escrituras ao longo dos séculos.

Para a elaboração desta pesquisa, adotou-se o método bibliográfico, fundamentado em obras clássicas e contemporâneas, como Kurt e Barbara Aland (2013), Wilson Paroschi (2012), Marcelo Berti (2021), Bart D. Ehrman (2015), Daniel B. Wallace (2013), entre outros. Também foram utilizadas fontes secundárias que auxiliam na compreensão do contexto histórico e teológico da transmissão textual. Essa abordagem visa garantir rigor acadêmico e fidelidade às fontes textuais primárias indiretas, uma vez que os autógrafos não se encontram preservados, recorrendo-se, portanto, aos manuscritos, traduções antigas, citações patrísticas e antologias, conforme os critérios da pesquisa filológica (Christidis, 2015, p. 165–169).

A estrutura do trabalho foi organizada em três capítulos principais.

O primeiro capítulo — *Fundamentos da Crítica Textual do Novo Testamento* — apresenta os conceitos, a origem e o desenvolvimento histórico da disciplina, diferenciando-a da alta crítica e evidenciando seus métodos e sua importância.

O segundo capítulo — *Manuscritos, Variantes e Tradições Textuais* — aborda os tipos de manuscritos existentes, suas variantes e as famílias textuais que compõem o corpus grego do Novo Testamento.

O terceiro capítulo — *Relevância Eclesial e Defesa da Confiabilidade Bíblica* — discute a relação entre a fé cristã e a crítica textual, juntamente com a doutrina da inspiração e preservação das Escrituras, além das aplicações práticas dessa ciência para a vida devocional e ministerial da Igreja.

Em suma, este trabalho pretende demonstrar que a crítica textual, longe de minar a autoridade bíblica, evidencia sua autenticidade e fidelidade na transmissão histórica, servindo como fundamento tanto para a pesquisa acadêmica quanto para a vivência espiritual da comunidade cristã. A mesma Palavra, que foi fielmente preservada ao longo dos séculos, continua a falar com autoridade e verdade à Igreja de Cristo em todas as eras.

## 2. FUNDAMENTOS DA CRÍTICA TEXTUAL DO NOVO TESTAMENTO

“A crítica textual é o campo do conhecimento que se ocupa do estudo da transmissão dos textos com o objetivo de restituí-los à sua forma genuína” (Cabraia, 2012, p. 293). A definição apresentada sintetiza de maneira precisa a essência dessa disciplina, cuja relevância é fundamental para o estudo e a preservação dos textos bíblicos, em especial do Novo Testamento. Considerando que nenhum dos autógrafos<sup>1</sup> neotestamentários sobreviveu até os dias atuais, restando apenas cópias preservadas em diferentes contextos históricos, torna-se indispensável o exame crítico e sistemático dessas testemunhas manuscritas, a fim de identificar as variantes textuais e propor uma reconstrução crítica, com o máximo de fidelidade possível, da forma textual conforme os autógrafos.<sup>2</sup>

Logo, são aplicados métodos técnicos e critérios específicos que aumentam as probabilidades de se alcançar, ou ao menos refletir com maior clareza, a forma textual mais antiga recuperável. Entre esses critérios, destacam-se a análise da quantidade, da antiguidade e da qualidade dos manuscritos disponíveis. Esse processo é utilizado no estudo de diversas obras, como a *Ilíada* de Homero, textos de Platão, Cícero, entre outros escritos de valor da Era Antiga. Contudo, ainda que os fundamentos e métodos da crítica textual possam ser observados em sentido amplo, o foco principal deste trabalho recairá sobre o Novo Testamento, escrito originalmente em grego koiné. (Comfort, 2024, p. 379)

Diante do exposto, este estudo inicia sua análise pelos fundamentos da crítica textual, apresentando sua definição e introduzindo o leitor a essa abordagem técnica e acadêmica. Em seguida, será feita uma exposição resumida sobre sua origem e desenvolvimento histórico, destacando também a diferença entre a chamada “crítica textual” e a “alta crítica”. Posteriormente, serão abordados sua finalidade e importância, concluindo com uma introdução aos métodos externo e interno, que servirão de preparação para o capítulo seguinte.

---

<sup>1</sup> Termo técnico utilizado para designar os manuscritos originais, escritos diretamente pelos autores bíblicos. Cf. Geisler, Norman; Nix, William. *Introdução bíblica: como a Bíblia chegou até nós*. São Paulo: Vida Acadêmica, 2006, p. 129.

<sup>2</sup> Ao longo deste trabalho, a expressão “autógrafos” é utilizada para designar a forma textual hipotética que corresponderia à redação do texto conforme atribuída aos autores bíblicos. Reconhece-se, assim, a inexistência dos manuscritos autográficos físicos e o caráter essencialmente crítico e reconstrutivo da crítica textual. Em razão disso, evita-se o uso das expressões “texto original” ou “forma genuína” no desenvolvimento do argumento, mantendo-as apenas quando ocorrem em citações diretas de outros autores, como no caso de Cabraia.

Essas análises têm como propósito demonstrar como a crítica textual se apresenta como um instrumento significativo para a avaliação e reconstrução do texto antigo, evidenciando aspectos que possibilitam uma compreensão mais fiel daquilo que os escritos neotestamentários transmitiram em sua fase autográfica, bem como das alterações que, ao longo do processo de transmissão, possam ter modificado sua forma textual.

## 2.1 DEFINIÇÃO DE CRÍTICA TEXTUAL

A definição do termo “crítica textual” não enfrenta grandes divergências entre os estudiosos. Apesar de poder se mostrar desafiador em sua terminologia, visto a variedade de títulos que podem ser utilizados,<sup>3</sup> o termo “crítica textual” é, de modo geral, o mais amplo e aceito (De Carvalho, 1994, p. 58). No entanto, alguns autores cristãos, desejando evitar a palavra “crítica” associada ao texto considerado sagrado, preferem utilizar a expressão “manuscritologia bíblica”. Todavia, como observa Paroschi (2012), citando Elliott, é importante compreender o uso técnico da palavra “crítica” no contexto dos estudos bíblicos:

“Nas disciplinas bíblicas, a palavra ‘crítica’ não tem necessariamente conotação negativa, muito menos pejorativa. Ela deve ser entendida apenas como a aplicação das faculdades intelectuais do juízo e do bom senso no estudo das dificuldades literárias ou históricas das Escrituras” (Elliott; Moir, 1995, p. 1, apud Paroschi, 2012, p. xiii).

Portanto, para uma definição precisa de crítica textual, Daniel Wallace (apud Berti, 2021, p. 15) a descreveu como o estudo das cópias manuscritas de obras cujos originais se perderam, tendo por objetivo específico reconstruir, com o máximo de exatidão possível, as palavras que compunham o texto inicial.

Compreende-se, portanto, que a crítica textual não se limita ao campo teológico, mas se aplica a uma ampla variedade de escritos da Antiguidade. Entre eles, o Novo Testamento ocupa lugar de destaque, por ser o texto antigo com o maior número de testemunhos manuscritos preservados até o presente.<sup>4</sup> Nesse sentido, a crítica textual deve ser entendida como uma

---

<sup>3</sup> Termos como Filologia, Ecdótica, Textologia, entre outros, também são empregados em diferentes tradições acadêmicas para designar o campo de estudo do texto (De Carvalho, 1994, p. 58).

<sup>4</sup> Cf. Orr-Ewing, Amy. *Por que você confia na Bíblia?*. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 43. A autora apresenta uma tabela comparativa que evidencia a superioridade do Novo Testamento quanto ao número de manuscritos preservados, ao intervalo de tempo entre o autógrafo e as cópias existentes e à antiguidade da cópia mais antiga, em relação a obras clássicas da Antiguidade, como as de Homero, Tácito e outros.

disciplina universal voltada ao estudo e à descoberta de textos antigos, sejam eles de caráter literário, histórico ou religioso.

Diante das várias possibilidades de leitura nos manuscritos, a crítica textual lida com variantes que, no âmbito da manuscritologia bíblica, são diferenças de escrita cuja análise busca reconstruir a forma mais antiga do texto. Muitas dessas variantes são simples, como a inversão de termos — por exemplo, manuscritos que trazem “Jesus Cristo” em contraste com outros que apresentam “Cristo Jesus”.<sup>5</sup> Como observa Paroschi (2012, p. XV), a maioria das variantes envolve aspectos gramaticais ou de ordem de palavras sem grande impacto, embora também existam casos motivados por questões exegéticas ou doutrinárias. Isso mostra que a crítica textual é mais do que um exercício histórico, conduzindo-nos à necessidade de compreender seu desenvolvimento no âmbito textual, sobretudo em relação aos escritos do Novo Testamento.

## 2.2 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA CRÍTICA TEXTUAL

A disciplina da crítica textual possui raízes muito antigas, sendo praticada há milênios. Já no período helenístico, especialmente no contexto alexandrino, estudiosos se dedicaram à restituição da forma mais antiga de obras literárias, como os poemas de Homero. Como observa Cambraia (2012, p. 293), desde então tem havido um esforço contínuo para reconstruir os textos em sua forma mais próxima do autógrafo, abrangendo tanto escritos de caráter sagrado quanto seculares, oriundos de diferentes épocas e em variadas línguas.

No contexto teológico, o texto bíblico também foi marcado pela aplicação da crítica textual, já percebida no que os cristãos denominam Antigo Testamento. Entre os séculos V e X d.C., os massoretas<sup>6</sup> desempenharam papel decisivo na preservação e transmissão do texto hebraico, adotando métodos minuciosos de cópia, como a contagem de letras e palavras, a padronização das colunas e a introdução de sinais vocálicos com o objetivo de fixar a pronúncia correta. O processo incluía o descarte imediato de cópias que apresentassem qualquer erro, o que evidencia o cuidado extremo desses escribas em seu labor (Geisler; Nix, 2006, p. 137). Esse zelo resultou na estabilidade do chamado Texto Massorético, que se tornou a base das edições críticas modernas do Antigo Testamento e das traduções contemporâneas da Bíblia (cf. Geisler;

<sup>5</sup> O exemplo é apresentado em português apenas de forma ilustrativa. No texto grego do Novo Testamento, a variação ocorre na ordem dos termos ( Ἰησοῦς Χριστός / Χριστὸς Ἰησοῦς ), o que reflete um fenômeno comum na língua original.

<sup>6</sup> Os massoretas foram escribas judeus que, entre os séculos V e X d.C., padronizaram e transmitiram o texto hebraico do Antigo Testamento. Ficaram conhecidos pelo rigor no processo de cópia, pela contagem de letras e palavras e pela introdução do sistema de sinais vocálicos (Geisler; Nix, 2006, p. 137).

Nix, 2006, p. 136-138). Faltaria espaço, neste trabalho, para aprofundar outros aspectos relevantes da transmissão do AT, como as diferenças em relação à Septuaginta e as descobertas dos Manuscritos do Mar Morto<sup>7</sup>, mas tais temas merecem estudos específicos em paralelo.

Diferentemente do texto hebraico, o texto grego do Novo Testamento seguiu um caminho marcado pela descentralização, em virtude da rápida difusão das comunidades cristãs já no século I. Esse processo conduziu à necessidade de produzir milhares de cópias em diversos contextos, resultando em uma ampla gama de variantes textuais.<sup>8</sup> A própria Escritura sugere a prática da multiplicação de cópias, como em Colossenses 4.16, onde Paulo orienta que sua carta fosse lida também na igreja de Laodiceia, e em Apocalipse 1.11, que menciona o envio da mensagem às sete igrejas da Ásia.<sup>9</sup> Entretanto, o exercício sistemático da crítica textual, visando recuperar a forma mais próxima possível desses escritos, tornou-se mais conhecido apenas séculos depois, com a publicação da primeira edição impressa do Novo Testamento grego por Erasmo de Roterdã em 1516 (Aland; Aland, 2013, p. 3).

Desde então, diversas fases históricas marcaram o desenvolvimento da crítica textual aplicada ao Novo Testamento. A primeira edição impressa, publicada por Erasmo, deu origem ao chamado *Textus Receptus*<sup>10</sup>, texto de grande importância para inúmeras traduções durante a Reforma Protestante. Nos séculos seguintes, estudiosos como Johann Jakob Wettstein e Johann Jakob Griesbach aperfeiçoaram o estudo das variantes, estabelecendo princípios que influenciaram de maneira decisiva a crítica textual moderna. No século XIX, Karl Lachmann rompeu definitivamente com o *Textus Receptus*, enquanto seu contemporâneo Constantin von Tischendorf destacou-se pela descoberta de manuscritos fundamentais, como o célebre *Codex Sinaiticus*<sup>11</sup>. Esse processo culminou na edição de Brooke Foss Westcott e Fenton John Anthony Hort, em 1881, que representou um avanço significativo ao priorizar os testemunhos mais antigos. No século XX, as edições Nestle-Aland e United Bible Societies (UBS), consolidadas pelo trabalho de Kurt e Barbara Aland, tornaram-se a principal referência

<sup>7</sup> A Septuaginta é a tradução grega do Antigo Testamento realizada entre os séculos III e I a.C. (Geisler; Nix, 2006, p. 92). Já os Manuscritos do Mar Morto, descobertos a partir de 1947, incluem cópias de quase todos os livros do AT, datando de séculos anteriores ao cristianismo (Geisler; Nix, 2006, p. 138-140).

<sup>8</sup> Cf. Paroschi, Wilson. *Origem e transmissão do texto do Novo Testamento*. São Paulo: SBB, 2012, p. [xiv]

<sup>9</sup> Cf. Bíblia. Nova Almeida Atualizada. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017. (Cl 4.16; Ap 1.11, NAA).

<sup>10</sup> A expressão *Textus Receptus* (lat. “texto recebido”) não foi usada originalmente por Erasmo, mas surgiu apenas em 1633, com a edição publicada pelos irmãos Elzevir, que descreviam esse texto como “universalmente recebido”. Ver Aland, Kurt; Aland, Barbara. *O texto do Novo Testamento*. São Paulo: SBB, 2013, p. 6.

<sup>11</sup> O *Codex Sinaiticus* (Ⲙ), datado do século IV, é um dos mais antigos e completos manuscritos do Novo Testamento, descoberto por Constantin von Tischendorf no Mosteiro de Santa Catarina, no Sinai, em 1844–1859. Ver Aland, Kurt; Aland, Barbara. *O texto do Novo Testamento*. São Paulo: SBB, 2013, p. 12–13.

acadêmica e a base para as traduções bíblicas contemporâneas, sendo até hoje o padrão da crítica textual do Novo Testamento (cf. Aland; Aland, 2013, cap. 1).

De forma enxuta, observa-se que a crítica textual do Novo Testamento percorreu um longo caminho desde suas primeiras edições impressas até as edições críticas modernas, o que resultou na consolidação da disciplina como indispensável à pesquisa bíblica. Contudo, é necessário distinguir a crítica textual — entendida como o esforço de restaurar a forma mais próxima possível do texto inicial — da chamada “alta crítica”, que, embora frequentemente confundida com a primeira, constitui um campo distinto, voltado a questões históricas, literárias e teológicas. Essa diferenciação será contemplada no próximo tópico.

### **2.3 DIFERENÇA ENTRE CRÍTICA TEXTUAL E ALTA CRÍTICA**

“Levantou-se muita confusão e controvérsia em torno da questão da 'alta' crítica (crítica histórica) e da 'baixa' crítica (crítica textual) da Bíblia” (Geisler; Nix, 2006, p. 155). Tal observação evidencia o principal aspecto do problema: embora os termos possam ser semelhantes, trata-se de áreas com abordagens diferentes. A referida alta crítica, também chamada de crítica histórica, especialmente em relação ao Novo Testamento, preocupa-se com questões como a composição do texto, data da redação e a discussão sobre sua autoria. Já a baixa crítica, mais conhecida como crítica textual, dedica-se ao exame técnico do texto bíblico, com o objetivo de restituí-lo à forma mais próxima possível dos autógrafos, isto é, os escritos originais. Para melhor diferenciação, vale destacar ambas separadamente.

Como referência, a alta crítica ocupa-se do julgamento da veracidade e da historicidade dos textos bíblicos. No caso do Novo Testamento, essa disciplina busca, através de critérios técnicos, determinar o autor mais provável de um livro, sua data de redação, bem como seus estilos literários e estruturais (cf. Geisler; Nix, 2006, p. 155). Tal aplicação, entretanto, tornou-se solicitada, dada a ampla e histórica acessível dos livros do NT e de seus aspectos introdutórios. A alta crítica passou a questionar, por exemplo, a autoria de cartas tradicionalmente atribuídas a Paulo, propondo que algumas delas não eram propriamente autênticas. O debate se intensificou ao perceber que até mesmo estudiosos que buscavam defender a tradição cristã utilizando os mesmos métodos de crítica histórica frequentemente se distanciavam de elementos essenciais da fé, como a crença em milagres. Essa forma de crítica foi ainda mais intensa em relação ao Antigo Testamento, embora não constitua o foco direto desta pesquisa (Geisler; Nix, 2006, p. 156-157).

Já a baixa crítica, ou crítica textual, está diretamente ligada à confiabilidade do texto, em especial do Novo Testamento. Como explicam Geisler e Nix (2006, p. 157), trata-se de um exame técnico e filológico que busca restituir o texto bíblico à sua forma mais próxima possível dos autógrafos. Nesse mesmo sentido, Cambraia (2012, p. 295) retoma a atuação da disciplina ao afirmar que a “crítica textual contribui para a recuperação, transmissão e preservação do patrimônio cultural escrito de um povo: recuperar ao restituir a forma genuína de um texto, transmitir ao torná-lo novamente acessível e preservar ao registrá-lo em novos suportes materiais”. Ainda que tal definição ultrapasse o âmbito bíblico, é necessário diferenciá-la da alta crítica, pois aquela busca compreender o valor histórico-literário do documento, enquanto esta se concentra na forma textual das palavras conforme os autógrafos. Assim, a função da crítica textual é garantir a fidelidade da transmissão não apenas do Novo Testamento, mas de qualquer texto que constitua patrimônio cultural e base para o conhecimento humano.

Em síntese, a distinção entre alta crítica (histórica) e baixa crítica (textual) é fundamental para evitar confusões conceituais. A alta crítica dedica-se a investigações de caráter literário e histórico, tratando de aspectos como autoria, composição, gênero e datação, entre outros. Já a crítica textual tem em seu cerne o propósito de restituir a forma mais próxima possível do texto primevo. Ambas possuem relevância no estudo do Novo Testamento, mas é a crítica textual que ocupa o centro da presente pesquisa, por seu papel decisivo na demonstração da confiabilidade do texto grego.

## **2.4 FINALIDADE E IMPORTÂNCIA DA CRÍTICA TEXTUAL**

Diante do exposto até o momento, e antes de abordar os métodos que regem a crítica textual, o leitor pode se perguntar qual a real importância dessa disciplina. Longe de se tratar já de um tópico de aplicação prática — o que será explorado no capítulo três desta obra —, aqui torna-se possível destacar sua finalidade e, conseqüentemente, a relevância dessa ciência em relação ao texto do Novo Testamento.

Sobretudo, por finalidade entende-se a identificação do problema específico com o qual a crítica textual lida, bem como a forma pela qual ela se propõe a oferecer uma solução a essa questão. Reconhecendo-se que não possuímos mais os autógrafos do Novo Testamento — isto é, os escritos diretamente saídos das mãos de Paulo, Pedro ou de seus amanuenses<sup>12</sup> —, torna-

---

<sup>12</sup> “Amanuense. Um escriba ou secretário. No período antigo, um documento escrito era, antes de tudo, produzido por um autor que geralmente ditava o material a um amanuense. O autor poderia ler o texto e produzir os ajustes

se necessário lidar com as cópias, ou manuscritos, que deles foram feitos ao longo da história, a fim de nos reaproximarmos, com o máximo de segurança possível, da forma mais primitiva do texto. Comfort (2024, p. 379) define:

“O propósito da crítica textual, definido de forma clássica, é recuperar a redação original<sup>13</sup> de antigos textos escritos, não mais existentes em suas formas originais, por meio do exame de manuscritos existentes em cópias e, então, pela aplicação dos cânones da disciplina para determinar qual redação é mais provavelmente a original.”

Por sua própria natureza, a finalidade da crítica textual já define a sua importância, uma vez que a disciplina se volta à retomada e preservação dos escritos neotestamentários. Entretanto, suas contribuições revelam de modo mais abrangente a relevância desta matéria. Como destaca Berti (2021, p. 11; 25–26), a crítica textual reafirma a autoridade das Escrituras para a igreja, é imprescindível para a exegese — pois “antes de dizer o sentido de um texto, é preciso dizer qual é o texto” —, fornece fundamento seguro para a produção teológica e, por fim, fortalece a devoção pessoal, ao despertar maior respeito e confiança no conteúdo bíblico.

Bruce (2010, p. 11–14) relembra que o cristianismo é uma religião eminentemente histórica, cuja mensagem não se reduz aos princípios éticos, mas relatada em acontecimentos concretos, como a encarnação, a crucificação e a ressurreição de Cristo. Por essa razão, a confiabilidade documental do Novo Testamento é de importância fundamental. Como observa o autor, “essas boas-novas estão estreitamente ligadas à ordem histórica, pois retratam — nos grandes eventos da encarnação, da crucificação e da ressurreição de Jesus Cristo — como Deus, a fim de promover a redenção do mundo, entrou na história” (Bruce, 2010, p. 12). Assim, se a fé cristã se ancora em fatos sem incorreções, torna-se imprescindível a confiabilidade textual do Novo Testamento, e, portanto, a ciência aplicada da crítica textual.

Finalmente, Freitas e Pickering (2020, p. 27) ressaltam a importância apologética da crítica textual ao vinculá-la diretamente à doutrina da inspiração. Para eles, se Deus inspirou e preservou o texto do Novo Testamento, também o fez, de modo que a igreja pode identificar esse texto. Como afirmam os autores:

---

editoriais finais antes do documento ser enviado ou publicado. Paulo utilizou os serviços de escrita de Tércio para escrever a epístola aos Romanos (Rm 16.22), e Pedro foi auxiliado por Silvano na escrita de sua primeira epístola (veja 1Pe 5.12).” (Comfort, 2024, Glossário).

<sup>13</sup> Ainda que a linguagem clássica utilizada por Comfort remeta à noção de um “texto original”, tal formulação suscita o problema do que exatamente se entende por original, uma vez que os autógrafos não se encontram preservados e não se pode descartar a possibilidade de revisões ou múltiplas redações em sua fase inicial. Por essa razão, o emprego da expressão “texto original” mostra-se metodologicamente problemático e menos adequado no debate contemporâneo da crítica textual.

“O mundo cristão sempre acreditou que o Novo Testamento é a palavra de Deus, isto é, inspirada por Ele. Por uma questão de lógica, se Deus inspirasse um texto, ele também o preservaria. Se ele preservou, deveríamos saber qual o é! No entanto, como existem muitas diferenças entre os MSS [manuscritos] gregos, como podemos saber qual texto Deus preservou? Os inimigos da Bíblia usam essa dúvida para negar sua inspiração. Nós nos propomos a virar a mesa. Se pudermos provar que o texto do NT foi preservado, podemos concluir razoavelmente que ele também foi inspirado. Por que Deus preservaria um texto que ele não inspirou? [...] Então, por inferência, também foi inspirado! Deus preservou seu texto inspirado!” (Freitas; Pickering, 2020, p. 27).

Assim, a crítica textual não apenas se apresenta como disciplina voltada à reconstrução crítica do texto conforme os autógrafos, mas também como fundamento para a defesa da confiabilidade das Escrituras, fortalecendo a fé cristã em sua base documental.

## 2.5 MÉTODOS DA CRÍTICA TEXTUAL

O processo de recuperação do texto autógrafo, isto é, a prática da crítica textual, apresenta-se como um desafio, sobretudo porque envolve uma análise minuciosa de milhares de variantes textuais<sup>14</sup> oriundas de diferentes manuscritos. A tarefa do crítico textual consiste, portanto, em avaliar esses testemunhos de forma criteriosa, a fim de alcançar a escrita que mais se aproxima da forma textual mais antiga recuperável (Geisler; Nix, 2006, p. 176).

Para sistematizar esse processo, a disciplina passou a distinguir dois caminhos metodológicos, ambos direcionados ao mesmo objetivo, mas com abordagens distintas: o método externo (ou evidência externa) e o método interno (ou evidência interna). O primeiro concentra-se na análise documental mais ampla, examinando manuscritos, versões antigas e citações patrísticas<sup>15</sup>. Já o segundo dedica-se ao conteúdo textual em si, atentando-se especialmente ao estilo dos autores e aos hábitos dos copistas, de modo a discernir qual leitura provavelmente reflete os autógrafos (Paroschi, 2012, p. 179; Comfort, 2024, p. 383).

Para melhor compreensão dessas abordagens, os tópicos a seguir expõem os princípios que orientam cada uma delas, distinguindo entre o método externo e o método interno.

---

<sup>14</sup> Sobre o conceito de variantes textuais, cf. seção 1.1 desta obra.

<sup>15</sup> O termo “patrística” refere-se ao conjunto dos escritos dos Pais da Igreja, nos quais frequentemente aparecem ocorrências bíblicas que servem como testemunhos do texto utilizado nos primeiros séculos do cristianismo.

### 2.5.1 Método Externo

No âmbito da crítica textual do Novo Testamento, o método externo estabelece critérios objetivos para a avaliação dos manuscritos, e como mencionada anteriormente, este método apoia-se em três evidências fundamentais: cronológica, geográfica e genealógica. A primeira refere-se à datação dos manuscritos, aos quais geralmente se atribuem maior valor aos mais antigos, por serem mais próximos dos autógrafos. A segunda considera a distribuição geográfica das variantes textuais, de modo que uma leitura atestada em diferentes regiões adquira maior peso crítico. Por fim, a evidência genealógica refere-se à tradição textual (ou família)<sup>16</sup> da qual o manuscrito procede, de modo que, se famílias diferentes testemunham a mesma leitura, esta tende a ser considerada mais confiável (Geisler; Nix, 2006, p. 176–177).

Paroschi (2012, p. 179–183) organiza os critérios do método externo de forma mais abrangente. O primeiro é a valorização do manuscrito mais antigo, ainda que com a ressalva de que a antiguidade, por si só, não garante fidelidade plena ao texto mais antigo recuperável. Em segundo lugar, destaca-se a necessidade de avaliar a qualidade dos manuscritos e não apenas sua quantidade, pois uma leitura amplamente atestada pode ser, na realidade, fruto de tradição posterior. O terceiro aspecto é a classificação genealógica, que consiste em agrupar os manuscritos em famílias ou tradições, de modo a identificar seu testemunho histórico e a relação entre eles, o que simplifica a análise, mas exige rigor crítico. O quarto aspecto refere-se ao testemunho patrístico, isto é, o recurso de análise dos textos lidos e comentados pelos primeiros escritores cristãos, posteriores à era apostólica, como evidência de como o texto circulava em seus contextos. Por último, destaca-se a consideração das influências externas sobre os copistas, já que seus hábitos, tendências literárias e até convicções teológicas podem afetar, consciente ou inconscientemente, a transmissão do texto.

De modo evidente, os critérios apresentados no método externo possuem grande relevância para a crítica textual. Contudo, essa metodologia representa apenas uma face do processo crítico, que se torna mais sólido quando complementado pela evidência interna, responsável por analisar o conteúdo do texto e oferecer critérios adicionais para a determinação da leitura mais confiável.

---

<sup>16</sup> “Família: grupo de manuscritos que agrupam características que os identificam e os diferenciam de outros grupos de manuscritos” (Freitas; Pickering, 2020, Glossário).

### 2.5.2 Método Interno

No método interno, a crítica textual do Novo Testamento lida com dois aspectos complementares: o critério transcripcional e o critério intrínseco. O primeiro refere-se às tendências dos copistas no processo de transmissão, enquanto o segundo considera os elementos próprios do autor do autógrafo. Geisler e Nix (2006, p. 177) explicam que a análise transcripcional se apoia em algumas premissas fundamentais: (1) a leitura mais difícil deve ser preferida, uma vez que os escribas tendiam a simplificar o texto; (2) a leitura mais curta costuma ser mais primitiva, já que os copistas frequentemente expandiam ou acrescentavam explicações; (3) variantes ambíguas, das quais poderiam surgir diferentes tentativas de “correção”, possuem maior probabilidade de ser a redação primitiva; e (4) formas gramaticais mais comuns devem ser vistas com cautela, pois é típico que os copistas procuravam “melhorar” ou harmonizar a linguagem do texto.

Já o critério intrínseco, que se refere ao próprio autor bíblico, analisa o estilo literário do escritor em outras passagens ou livros, buscando verificar se a variante está em harmonia com seu vocabulário e modo de composição. Além disso, considera o contexto imediato da passagem e os aspectos doutrinários envolvidos, avaliando se tais aspectos estão em consonância com o restante do cânon neotestamentário (Geisler; Nix, 2006, p. 177).

Paroschi (2012, p. 188) ressalta que os princípios da crítica textual, sejam do método externo ou do interno, não podem ser tratados como regras absolutas. Cada variante pode apresentar problemas singulares, exigindo do pesquisador um tratamento individualizado, guiado por imparcialidade, rigor crítico e sensibilidade. Afinal, “o que vale para um problema pode não valer para outro”, e por isso o crítico deve estar sempre disposto a revisar seus julgamentos, sem se apoiar em fórmulas fixas ou mecânicas. Nessa perspectiva, Metzger sintetiza de modo brilhante a natureza dessa tarefa ao afirmar que “ensinar alguém a se tornar crítico textual é semelhante a ensiná-lo a ser poeta” (apud Paroschi, 2012, p. 188).

Assim, fica claro que a crítica textual, embora disponha de métodos indispensáveis à recuperação do texto do Novo Testamento, configure-se igualmente como uma arte, cuja prática exige equilíbrio entre rigor técnico e sensibilidade interpretativa.



### 3. MANUSCRITOS, VARIANTES E TRADIÇÕES TEXTUAIS

Conforme observado no primeiro capítulo, a crítica textual é uma ciência que busca a recuperação de textos antigos, aplicando critérios rigorosos<sup>17</sup> para propor uma reconstrução crítica da forma textual conforme os autógrafos, a partir das evidências manuscritas disponíveis. Viu-se como essa disciplina foi empregada no estudo bíblico, especialmente no Novo Testamento, destacando sua finalidade e importância, bem como a diferenciação entre a crítica baixa (textual) e a crítica alta (histórica), além dos métodos que orientam a análise textual neotestamentária.

Entretanto, uma vez apresentado a teoria que fundamenta a crítica textual, torna-se necessário avançar para a sua dimensão prática, voltando-se para o exame dos materiais com os quais esta ciência efetivamente se debruça.

O presente capítulo dedica-se, portanto, à análise dos elementos concretos da crítica textual: os manuscritos — quanto à sua natureza e materiais, com destaque para os principais testemunhos disponíveis —; as variantes textuais, que tornam indispensável o exercício da crítica por evidenciarem alterações surgidas no processo de transmissão; e, por fim, as famílias textuais, que refletem diferentes tradições na preservação e circulação do texto. Antes, porém, será apresentada uma introdução ao processo de transmissão textual, a fim de demonstrar como o Novo Testamento foi transmitido até o presente e por que a tarefa da crítica textual se revela necessária.

#### 3.1 INTRODUÇÃO À TRANSMISSÃO TEXTUAL

O processo de transmissão textual constitui um elemento indispensável para a crítica textual, pois é justamente nele que se fundamenta a necessidade de uma avaliação criteriosa. É nesse movimento de cópias sucessivas que se compreende como o Novo Testamento foi preservado ao longo das eras e como surgiram as variantes textuais. Desde o início, já na Era Apostólica, se percebia a necessidade de multiplicação dos escritos neotestamentários, de modo

---

<sup>17</sup> Por “critérios rigorosos” entendem-se os princípios metodológicos clássicos da crítica textual, tais como a avaliação da antiguidade, da quantidade e da qualidade dos manuscritos, a análise da distribuição geográfica das leituras, o exame das evidências externas (manuscritos, versões antigas e citações patrísticas) e internas (estilo, vocabulário e coerência literária), bem como a comparação sistemática das variantes textuais. Esses critérios são amplamente descritos na pesquisa filológica aplicada ao Novo Testamento (cf. Christidis, 2015, p. 165–169; 170–171).

que cartas e evangelhos fossem lidos em diferentes comunidades cristãs. Entretanto, esse processo não seguiu inicialmente uma metodologia definida, mas ocorreu por meio de cópias que circulavam livremente para o uso das igrejas, conforme observa Paroschi (2012, p. 81–82).

Seguindo um processo semelhante ao observado no primeiro século, os séculos posteriores registraram uma intensificação na produção de manuscritos, motivada tanto pela expansão geográfica da fé cristã quanto pelas necessidades litúrgicas das igrejas locais. Aland e Aland (2013, p. 53–55) destacam que esse período resultou em uma multiplicidade de leituras, fruto da descentralização das cópias, uma vez que diferentes comunidades passaram a produzir e preservar exemplares diversos, ocasionando o surgimento de divergências textuais. Por outro lado, Paroschi (2012, p. 86–92) ressalta que, a partir do segundo século, observa-se também um esforço por parte dos cristãos em buscar maior uniformização do texto, especialmente em centros de produção intelectual mais influentes, reforçados pela tradição patrística. Esse movimento revela que, ainda que leituras distintas tenham surgido, isso não implicou corrupção total do texto,<sup>18</sup> visto que já havia, ainda que de forma incipiente, certo rigor técnico no processo de transmissão, mesmo em meio às perseguições e às limitações materiais.

Desse modo, averigua-se que a transmissão do Novo Testamento, entre os séculos II e IV, não apenas multiplicou cópias, mas também consolidou tendências regionais, que se configurariam nas chamadas tradições textuais. Paroschi (2012, p. 92–94) apresenta a classificação tradicional das famílias textuais — alexandrina, bizantina e ocidental —, adotando o consenso estabelecido pela crítica textual. Essas tradições seriam de decisiva importância para a continuidade da transmissão neotestamentária e para a preservação do texto. Não obstante, faz-se necessário retroceder e examinar, desde o início, os materiais e os diferentes tipos de manuscritos que serviram de suporte para a produção das cópias — tema do próximo tópico.

### **3.2 TIPOS E QUANTIDADE DE MANUSCRITOS**

Um dos passos iniciais no estudo da crítica textual é a familiarização com os manuscritos que preservaram os textos antigos. Como recorda Comfort (2024, p. 83–84), antes da invenção da imprensa no século XV todas as cópias eram feitas manualmente, donde se origina o próprio termo manuscrito, que designa a ação da cópia feita à mão. Atualmente,

---

<sup>18</sup> Como observa Comfort (2025, p. 215–217), embora o processo de cópia manual tenha introduzido alterações, não se pode afirmar que a transmissão textual primitiva tenha sido arruinada; pelo contrário, muitos copistas transcreveram os escritos com fidelidade e reverência, reconhecendo-os como textos sagrados.

reconhece-se a existência de aproximadamente 5.800 manuscritos gregos do Novo Testamento (papiros, maiúsculos/unciais, minúsculos e lecionários), número que inclui desde pequenos fragmentos até códices completos — estes últimos considerados os antecessores diretos dos livros modernos. Esse conjunto supera em larga escala qualquer outra obra do mundo antigo. Além dos manuscritos gregos, a crítica textual também se vale das traduções antigas do Novo Testamento como testemunhas relevantes da tradição textual. Conforme destaca Christidis (2015, p. 167; 170–171), o caráter missionário do cristianismo impulsionou, desde cedo, a tradução das Escrituras para diversas línguas, o que resultou na preservação de amplo material em versões antigas.<sup>19</sup> Embora tais traduções não substituam o texto grego, elas podem refletir leituras muito antigas e, por vezes, remeter a manuscritos gregos hoje perdidos, tornando-se úteis para a avaliação de variantes e para o rastreamento da circulação do texto em diferentes regiões.

Freitas e Pickering (2020, p. 161–163) observam que a tradição manuscrita neotestamentária se diversificou tanto pelos materiais utilizados — papiro, pergaminho<sup>20</sup> e, mais tardiamente, o papel — quanto pelo estilo gráfico, distinguindo-se entre os chamados unciais (escritos em letras maiúsculas) e os minúsculos (em escrita cursiva), além dos lecionários, que serão analisados mais à frente.<sup>21</sup>

Assim, diante da diversidade de materiais e estilos, torna-se essencial examinar de forma mais aprofundada os principais grupos de manuscritos do Novo Testamento. O primeiro a ser considerado é o papiro, por se tratar do material mais antigo utilizado na produção das cópias e, portanto, de importância singular para a história da transmissão textual.

### 3.2.1 Papiros

O papiro foi o primeiro material empregado na documentação do Novo Testamento, sendo produzido a partir do junco, planta abundante no Egito. Por seu baixo custo, tornou-se o

---

<sup>19</sup> Christidis (2015, p. 170–171) menciona, entre outras, versões siríacas (como a Antiga Siríaca e a Peshita), versões latinas (Ítala/Antiga Latina e a Vulgata), versões egípcias (como a saídica e a boáirica), além de traduções em línguas como armênia, gótica, georgiana e etiópica, ressaltando que muitas dessas versões preservam testemunhos de formas do texto grego não mais disponíveis.

<sup>20</sup> O pergaminho era confeccionado a partir do couro de animais como ovelhas, bezerras ou cabras, submetido a processos de raspagem, alisamento e marcação de linhas para escrita. Mais resistente que o papiro, tornou-se o principal material a partir do século IV, garantindo maior durabilidade aos códices. Uma versão de altíssima qualidade, chamada velino, era produzida a partir do couro de animais muito jovens ou não nascidos, sendo destinada a exemplares de luxo, muitas vezes tingidos e escritos com tinta dourada ou prateada (Berti, 2021, p. 83–84)

<sup>21</sup> Os manuscritos são normalmente classificados por siglas: o papiro é identificado com um P maiúsculo e um número, por exemplo: P75. números iniciados com 0 correspondem aos unciais, por exemplo: 03. E um manuscrito cursivo é apresentado apenas com um número simples, por exemplo: 35 (cf. Freitas; Pickering, 2020, p. 161).

suporte mais comum nos primeiros séculos da era cristã (Orr-Ewing, 2008, p. 42; Germano, 2025, p. 34). Inicialmente utilizado na forma de rolos, logo foi adotado pelos cristãos no formato de códice<sup>22</sup>, formato este que representava uma inovação em relação às práticas judaicas, gregas e romanas. Essa mudança conferia maior praticidade e economia de espaço, favorecendo sua circulação e manuseio dos escritos (Germano, 2025, p. 34–35).

Apesar da ampla utilização, o papiro era um material frágil (Ehrman, 2015, p. 123). Conforme corrobora Anglada (2016, p. 24–25):

Até aproximadamente o ano 200 AD, o papiro foi praticamente o único material utilizado para cópias do Novo Testamento, e o seu domínio se estendeu até o século IV. Foi somente a partir deste século que o pergaminho começou a substituí-lo. Trata-se, contudo, de um material facilmente perecível. “Os manuscritos em papiro somente sobrevivem quando protegidos da umidade – quando colocados em covas, jarros ou construções, ou quando enterrados no solo de regiões virtualmente livres de chuva...”. Isso certamente explica a escassez de manuscritos do NT provenientes desse período. Com exceção daquelas cópias assim armazenadas, e conseqüentemente, pouco utilizadas, todas as demais, naturalmente, pereceram.

Freitas e Pickering (2020, p. 162) acrescentam que o uso do papiro predominou até o século VII, não havendo exemplares escritos em letras minúsculas, mas apenas em grafia uncial.

Mesmo com tais limitações, os papiros ocupam posição de relevo na crítica textual, por constituírem os registros mais antigos das evidências neotestamentárias. Entre os exemplares de maior importância, Comfort (2025, p. 211–212) destaca o P52, datado de cerca de 125 d.C.<sup>23</sup>, que contém um pequeno trecho do Evangelho de João; o P45, com porções dos quatro Evangelhos e do livro de Atos; o P46, que abrange um número significativo de epístolas paulinas; e o P47, contendo passagens do Apocalipse, entre outros mencionados pelo autor. Embora em sua maioria fragmentários, tais documentos comprovam que, já no segundo século, os escritos cristãos circulavam de forma ampla e diversificada, possibilitando aos críticos contemporâneos uma investigação que busca aproximar-se da chamada forma inicial dos textos.

<sup>22</sup> O termo *códice* refere-se ao formato de livro que substituiu os antigos rolos. Diferente destes, consistia em folhas sobrepostas e dobradas, formando cadernos semelhantes aos livros atuais. Os cristãos, já nos séculos II e III, adotaram amplamente esse formato, provavelmente por razões de praticidade, economia e distinção de sua literatura em relação ao uso judaico e pagão (Paroschi, 2012, p. 19–23).

<sup>23</sup> O P52 é geralmente considerado o manuscrito mais antigo do Novo Testamento, posição sustentada por diversos estudiosos, conforme informa Comfort (2025, p. 211–212). Além disso, sua descoberta foi decisiva para refutar críticas do século XIX que negavam a autoria joanina no primeiro século, ao demonstrar que o Evangelho de João já circulava por volta de 125 d.C. (Orr-Ewing, 2008, p. 45).

### 3.2.2 Maiúsculos (unciais)

Os manuscritos unciais compõem a segunda grande categoria de testemunhos do Novo Testamento, sucedendo aos papiros em importância cronológica e documental. Diferenciam-se destes, tanto pelo material utilizado — o pergaminho, mais resistente e, portanto, mais duradouro — quanto pelo estilo gráfico: são escritos em caracteres maiúsculos (unciais), sem espaçamento entre palavras e com mínima pontuação (Berti, 2021, p. 75; 87). Datam principalmente entre os séculos IV e IX d.C., havendo, contudo, exemplares anteriores, possivelmente do século III. Atualmente, estima-se que os unciais correspondam a cerca de 12% do total de manuscritos gregos conhecidos do Novo Testamento, totalizando aproximadamente 650 códices identificados (Berti, 2021, p. 76).

Diferentemente dos papiros, os unciais preservaram porções mais extensas do texto, desde seções consideráveis até códices completos do Novo Testamento e, em alguns casos, da Bíblia inteira. Isso se deve, em grande parte, ao fato de terem sido produzidos em um período no qual o cristianismo já desfrutava de reconhecimento oficial, o que aumenta a probabilidade de que muitos tenham sido copiados por escribas profissionais. Essa circunstância favoreceu maior qualidade e regularidade na transmissão textual. Desse modo, os unciais ocupam lugar central na crítica textual, tanto pela abundância documental quanto pelas informações que permitem observar sobre variantes, convenções gráficas, correções e divisões do texto, refletindo práticas de leitura e de uso comunitário (Berti, 2021, p. 101–107).

Entre os unciais, alguns se destacam por sua relevância histórica e textual. O Códice Sinaítico (01  $\aleph$ ) e o Códice Vaticano (B 03), ambos do século IV, são considerados testemunhos fundamentais pela sua antiguidade e extensão: o primeiro é reconhecido como o manuscrito mais completo do Novo Testamento preservado até hoje, enquanto o segundo é valorizado por sua qualidade textual e por sua afinidade com papiros antigos. O Códice Alexandrino (A 02), do século V, também ocupa posição de destaque, pois reflete uma tradição mista, reunindo características das famílias alexandrina e bizantina. Esses unciais, pela sua preservação e importância, tornaram-se pilares para as edições críticas modernas e permanecem como referências indispensáveis na pesquisa bíblica do Novo Testamento (Berti, 2021, p. 101–107).

### 3.2.3 Minúsculos

A escrita minúscula, sucessora da uncial, passou a ser utilizada na produção de manuscritos do Novo Testamento a partir do século IX, representando uma mudança significativa na confecção dos códices. Diferente dos unciais, caracterizados por letras grandes e separadas, os minúsculos apresentam caracteres menores, mais arredondados e frequentemente ligados entre si em estilo cursivo, o que conferia maior rapidez e praticidade à cópia dos textos (Ehrman, 2015, p. 124). O exemplar mais antigo conhecido é o códice denominado Evangelhos Uspenski (minúsculo 461), datado de 835, considerado um marco inicial dessa fase da transmissão (Anglada, 2016, p. 25; Aland; Aland, 2013, p. 148). Além de favorecer economia de material e tempo, esse novo estilo se consolidou nos séculos seguintes, tornando-se a forma predominante de preservação do texto grego do Novo Testamento (Paroschi, 2012, p. 58).

Atualmente, estão catalogados quase três mil manuscritos minúsculos, número que corresponde à maior parte de todo o material neotestamentário preservado (Paroschi, 2012, p. 58–59). A maioria foi produzida em pergaminho, e apenas em períodos mais tardios passou-se a utilizar o papel como suporte. Nem todos esses códices contêm o Novo Testamento completo, sendo mais comum a preservação apenas dos Evangelhos, do livro de Atos ou das epístolas paulinas. Durante muito tempo, os minúsculos foram considerados de menor valor crítico devido à sua datação mais recente. Entretanto, sua abundância, aliada à qualidade de determinados exemplares, demonstra sua relevância para a transmissão textual. Pesquisas indicam que cerca de 80% seguem a tradição bizantina, mas aproximadamente 10% preservam leituras de alto valor crítico, comparáveis às dos principais unciais (Aland; Aland, 2013, p. 148).

Entre os minúsculos, alguns se destacam de maneira especial. O Minúsculo 33, conhecido como o “rei dos cursivos”, é frequentemente citado pela qualidade de suas leituras, que rivalizam com as dos melhores unciais (Paroschi, 2012, p. 59). Também merecem menção as famílias  $f^1$ , identificada por Kirsopp Lake, e  $f^{13}$ , descoberta por William Ferrar, ambas refletindo tradições textuais antigas e relevantes para a crítica textual. Além disso, certos códices apresentam valor estético e histórico singular, como o Minúsculo 565, escrito em velino púrpura com letras douradas, e outros de reconhecida importância crítica, como os códices 892, 1739 e 2053 (Paroschi, 2012, p. 59–61). Embora posteriores aos papiros e unciais, os minúsculos desempenharam papel fundamental na preservação do texto — sobretudo o bizantino — e exerceram influência direta nas primeiras edições impressas do Novo

Testamento, consolidando-se como testemunhos indispensáveis para a história da transmissão textual (Aland; Aland, 2013, p. 148).

### 3.2.4 Lecionários

Os lecionários constituem uma categoria distinta de manuscritos do Novo Testamento, pois não transmitem os livros de forma contínua, mas apresentam coleções organizadas para uso litúrgico. Geralmente escritos em minúsculos, esses códices reuniam leituras selecionadas, sobretudo dos Evangelhos e das Epístolas, dispostas conforme o calendário semanal ou determinadas festividades da Igreja (Ehrman, 2015, p. 124; Comfort, 2024, Glossário). Essa disposição refletia a prática comunitária de leitura pública, o que explica sua ampla difusão no cristianismo primitivo. Para a crítica textual, esses manuscritos fornecem testemunhos úteis, especialmente por revelarem como a Escritura era proclamada e interpretada no contexto litúrgico da Igreja (Germano, 2025, p. 42).

Atualmente, estima-se a existência de mais de 2.000 lecionários gregos, número que evidencia sua grande difusão no uso eclesiástico (Aland; Aland, 2013, p. 174). Diferentemente dos manuscritos contínuos, eles apresentam o texto em forma de perícopes<sup>24</sup>, organizadas conforme o calendário litúrgico. Há basicamente dois tipos principais: o *sinaxário*, que reúne as leituras regulares do ano eclesiástico a partir da Páscoa, e o *menológico*, que dispõe as leituras fixas relacionadas às festas de Cristo, de Maria, dos apóstolos e dos santos (Aland; Aland, 2013, p. 175). Embora não contenham integralmente os textos do Novo Testamento, a quantidade de testemunhos e sua diversidade oferecem informações importantes sobre o uso e a recepção das Escrituras na Igreja antiga (Freitas; Pickering, 2020, p. 97).

Sua relevância não se encontra tanto na preservação do texto antigo, mas no testemunho de sua utilização prática e de como reflete a vida devocional e comunitária das igrejas ao longo dos séculos (Comfort, 2024, Glossário). Ainda que não existam lecionários do Apocalipse, a variedade de famílias textuais preservadas nesses manuscritos fornece dados significativos para a compreensão da transmissão do Novo Testamento (Freitas; Pickering, 2020, p. 97). Assim, mesmo classificados como testemunhos de caráter secundário, os lecionários permanecem indispensáveis para a pesquisa acadêmica, pois revelam não apenas variantes textuais, mas

---

<sup>24</sup> O termo perícopo designa “uma passagem, história ou pequena porção da Bíblia” (Comfort, 2024, Glossário).

também a maneira como as Escrituras foram recebidas, proclamadas e aplicadas no culto cristão (Aland; Aland, 2013, p. 176–180).

### 3.3 EXEMPLOS DE VARIANTES TEXTUAIS

As variantes textuais são diferenças encontradas entre os manuscritos do Novo Testamento, resultantes do processo manual de cópia. Produzidos em contextos distintos e sob condições materiais e humanas limitadas, os copistas inevitavelmente introduziram alterações no texto. Contudo, como observa Germano (2025, p. 29–30), ainda que o número de variantes seja elevado, a maioria delas é irrelevante. As causas dessas alterações serão discutidas no tópico seguinte, mas já é importante destacar que, longe de comprometer a preservação do texto neotestamentário, tais diferenças permitem compreender melhor a história da sua transmissão. Paroschi (2012, p. 108) acrescenta que qualquer esforço de restauração deve considerar as variantes, sejam de caráter acidental ou intencional.

Diante disso, algumas variantes têm impacto relevante e merecem atenção especial; entre elas, destaca-se o conhecido “final longo” do Evangelho de Marcos (Mc 16.9–20), um dos textos mais debatidos na crítica textual.

Esses versículos narram aparições do Cristo ressuscitado, a ordem missionária dada aos discípulos e a ascensão de Jesus, incluindo sinais que acompanhariam os que cressem. Ao longo da história, a passagem exerceu influência significativa na prática cristã, sendo utilizada, por exemplo, em tradições pentecostais como fundamento para o falar em línguas (glossolalia), bem como em grupos norte-americanos que manipulam serpentes como demonstração de fé (Ehrman, 2015, p. 92–93). Do ponto de vista crítico, entretanto, tais versículos estão ausentes em dois dos mais antigos manuscritos — o Códice Vaticano e o Códice Sinaítico — e apresentam estilo e vocabulário que destoam do restante de Marcos. Além disso, a transição entre 16:8 e 16:9 é considerada problemática, pois reapresenta Maria Madalena como se fosse citada pela primeira vez, reforçando a percepção de descontinuidade (Ehrman, 2015, p. 94–95). Esses fatores levaram a maioria dos estudiosos a concluir que o chamado “final longo” foi adicionado posteriormente por copistas, provavelmente para suprir a sensação de término abrupto do relato em 16:8.

A tradição manuscrita, por sua vez, mostra que ampla quantidade dos manuscritos gregos preserva esse final longo. Ainda assim, códices antigos de grande relevância, como o Vaticano e o Sinaítico, não o trazem. Testemunhos patrísticos, como os de Eusébio de Cesareia

e Jerônimo,<sup>25</sup> também indicam desconhecimento desse trecho em diversos escritos. Há ainda o chamado “final breve”, presente em alguns manuscritos da tradição latina antiga e em determinados unciais, oferecendo uma conclusão mais sucinta à narrativa. Apesar disso, foi o final longo que se consolidou na tradição cristã, alcançando status de texto oficial e ampla difusão. Alguns códices, inclusive, apresentam notas marginais ou símbolos críticos<sup>26</sup> em Mc 16.9–20, sinalizando que, já na Idade Média, havia consciência e dúvida quanto à autenticidade desse trecho (cf. Anglada, 2016, cap. 5).

Esse caso permanece como um dos exemplos mais ilustrativos da crítica textual, pois mostra que tradição e transmissão nem sempre caminham em plena harmonia. Aland e Aland (2013, p. 300–302) ressaltam que as evidências externas e internas apontam de modo conclusivo para o encerramento autógrafo em 16:8. O amplo uso do final longo na tradição manuscrita e litúrgica, pode, portanto, refletir apenas a tentativa de suprir a aparente incompletude do relato. Tal exemplo evidencia a complexidade do trabalho do crítico textual, que precisa ponderar entre a antiguidade e a qualidade dos manuscritos e o peso da tradição posterior. Reafirma-se, assim, que embora variantes como essa possam gerar debates intensos, não comprometem o conteúdo nem a confiabilidade do texto do Novo Testamento, preparando o terreno para a análise das categorias de variantes a seguir.

### 3.4 CATEGORIAS DE VARIANTES E SEUS SIGNIFICADOS

As variantes textuais podem ser agrupadas em duas categorias principais: acidentais e intencionais. Essa distinção, com base em Germano (2025, p. 30–33), auxilia a compreender como os erros foram introduzidos nos manuscritos e quais consequências trouxeram para a preservação do texto. As variantes acidentais decorrem, em geral, das limitações humanas e materiais dos copistas, enquanto as intencionais refletem alterações conscientes, motivadas por diferentes razões — de ordem estilística, litúrgica ou teológico-doutrinária.

As variantes acidentais correspondem à maioria das alterações encontradas nos manuscritos. Elas estão ligadas à falibilidade natural dos copistas, que muitas vezes

---

<sup>25</sup> De acordo com Anglada (2016, p. 152), Eusébio reconhece a existência de manuscritos que encerravam o Evangelho de Marcos em Mc 16.8, ao mesmo tempo em que admite a legitimidade da harmonização quando o final longo era preservado. Jerônimo, embora ciente dessa variação manuscrita, inclui Mc 16.9–20 na Vulgata latina, indicando sua aceitação do trecho no uso eclesiástico.

<sup>26</sup> Os escribas frequentemente recorriam a sinais críticos para indicar incertezas quanto à originalidade de determinadas passagens. Entre os mais comuns estavam o asterisco (✕) e o óbelo (÷), usados para marcar trechos considerados duvidosos ou espúrios. Outros sinais, como o distigma (δίστιγμα), serviam para assinalar a presença de variantes textuais. Há ainda casos em que sinais marginais indicavam simplesmente o uso litúrgico do texto na Igreja (Paroschi, 2012, p. 36–37).

trabalhavam em ambientes insalubres, com materiais rudimentares, ou simplesmente sofriam lapsos de atenção durante a cópia. Germano (2025, p. 30–31) distingue quatro tipos principais: os visuais, quando letras semelhantes eram confundidas ou palavras e linhas inteiras eram omitidas; os auditivos, frequentes em cópias feitas a partir de ditados, quando sons parecidos levavam à troca de vogais ou ditongos; os de memória, resultantes de distração ou cansaço, em que se inseriam sinônimos ou se alterava a ordem de termos; e os de julgamento, nos quais comentários marginais acabavam sendo incorporados indevidamente ao corpo do texto. Embora recorrentes, tais falhas raramente alteravam de forma significativa o conteúdo teológico, mas revelam a complexidade do processo manual de transmissão.<sup>27</sup>

Já as variantes intencionais, isto é, introduzidas de maneira consciente, em muitos casos, não tinham por objetivo corromper o texto, mas “corrigi-lo” ou “aperfeiçoá-lo” de acordo com os critérios do copista. Germano (2025, p. 32–33) aponta que algumas buscavam harmonizar passagens paralelas, sobretudo entre os Evangelhos, a fim de evitar aparentes contradições. Outras tinham caráter litúrgico, adaptando a redação ao uso nas assembleias cristãs, ou estilístico, visando corrigir aspectos gramaticais e dar maior fluidez à leitura. Também se registram alterações de natureza dogmática,<sup>28</sup> quando certas expressões eram ajustadas para reforçar compreensões teológicas próprias de determinada comunidade. Essas variantes, justamente por revelarem intenções conscientes, são de especial interesse para a crítica textual, pois permitem perceber como contextos culturais e eclesiásticos influenciaram a transmissão do Novo Testamento.<sup>29</sup>

Em síntese, tanto as variantes acidentais quanto as intencionais fornecem informações relevantes sobre a transmissão textual. Embora não comprometam a integridade da Escritura, evidenciam como o texto foi copiado em diferentes contextos e, ainda assim, preservado. O

---

<sup>27</sup> Exemplos de variantes acidentais incluem omissões causadas por finais semelhantes de palavras ou linhas (haplografia), bem como abreviações resultantes da supressão de expressões consideradas redundantes, como ocorre em alguns manuscritos de Lucas 10.41–42; confusões visuais entre letras graficamente próximas; e trocas fonéticas decorrentes possivelmente de cópias por ditado, observáveis, por exemplo, na variação entre ἡμεῖς e ὑμεῖς em Gálatas 4.6 em certos testemunhos manuscritos.

<sup>28</sup> Em alguns casos, a literatura cristã antiga acusa determinados grupos heterodoxos de adaptar ou selecionar leituras conforme suas convicções doutrinárias. Ainda assim, a pesquisa tende a tratar tais alegações com cautela, avaliando cada variante de forma localizada, já que a maior parte das diferenças textuais decorre de processos comuns de cópia. O ponto metodológico permanece: motivações teológicas podem influenciar alterações intencionais e, por isso, variantes desse tipo exigem exame crítico mais atento. Um exemplo frequentemente mencionado na literatura é o caso de Marcião e sua forma editada de textos lucanos/paulinos, o que evidencia que disputas doutrinárias podiam impactar a transmissão e o uso dos textos, exigindo análise criteriosa das variantes.

<sup>29</sup> Entre as variantes intencionais, podem ser citadas as harmonizações de passagens paralelas, como acréscimos em Mateus 9.13 para alinhar o texto a Lucas 5.32; ajustes litúrgicos, exemplificados pela inclusão da doxologia em Mateus 6.13 em diversos manuscritos; e alterações de cunho dogmático ou explicativo, como a ampliação do título cristológico em 1 Timóteo 3.16 em determinados testemunhos textuais.

estudo dessas categorias permite ao crítico avaliar a confiabilidade dos manuscritos e reconstruir, com elevado grau de segurança, a forma textual mais primitiva. Essa análise constitui base para a investigação das tradições e famílias textuais, nas quais os manuscritos foram agrupados segundo afinidades históricas e geográficas.

### 3.5 TRADIÇÕES E FAMÍLIAS TEXTUAIS

A diferenciação dos manuscritos do Novo Testamento em famílias textuais remonta aos estudos de Bengel, sendo posteriormente refinada por pesquisadores como Westcott e Hort. Esses estudiosos partiram do princípio de que identidade de leitura implica identidade de origem, isto é, manuscritos que apresentam a mesma ordem de palavras em determinados versículos devem, em última instância, ter origem em uma mesma fonte. A aplicação desse método levou ao agrupamento dos manuscritos em diferentes tradições ou famílias textuais, destacando-se o texto sírio — também chamado bizantino —, o texto ocidental e o texto alexandrino (Ehrman, 2015, p. 169–171). Embora os critérios de classificação e a nomenclatura tenham sido posteriormente aperfeiçoados, sobretudo após as descobertas de papiros, a proposta de Bengel e de seus sucessores estabeleceu as bases para a crítica textual moderna.

O surgimento dessas tradições também esteve condicionado a fatores históricos e geográficos. Com a rápida expansão do cristianismo, cada região desenvolveu traços distintivos na transmissão dos manuscritos. Centros como Roma, Alexandria e Constantinopla passaram a apresentar variantes próprias de seus contextos locais. Com o tempo, esses grupos passaram a exibir relativa uniformidade interna, ao mesmo tempo em que se diferenciavam de outros, o que permitiu o reconhecimento de famílias textuais distintas (Paroschi, 2012, p. 92–94).

Assim, a contribuição dessa divisão reflete tanto a diversidade histórica e cultural do cristianismo primitivo quanto possibilita uma melhor compreensão dos caminhos da transmissão manuscrita. Embora nem sempre seja possível delimitar rigidamente as fronteiras entre os grupos, a crítica textual reconhece três famílias de maior influência: a alexandrina, geralmente associada à qualidade e à antiguidade dos textos; a bizantina, marcada por sua ampla utilização na Idade Média; e a ocidental, caracterizada por leituras mais livres e expandidas. Cada uma dessas tradições será analisada nos tópicos a seguir, a fim de destacar suas particularidades e sua relevância para a preservação das escrituras cristãs.

### 3.5.1 Texto Alexandrino

Com sua origem vinculada à cidade fundada por Alexandre, o Grande, em 332 a.C., Alexandria rapidamente se tornou um dos principais centros culturais do mundo helenístico. Reconhecida por sua famosa biblioteca, a cidade destacou-se como referência nos estudos literários e teológicos, exercendo influência duradoura no cristianismo primitivo. A partir do século II, passou também a ser um importante polo de produção e preservação dos manuscritos do Novo Testamento, sobretudo por meio da Escola Catequética, instituição que funcionava como centro de ensino teológico e exegético avançado. Sob a liderança de mestres como Clemente e Orígenes, essa escola desempenhou papel fundamental na formação teológica cristã e na consolidação das práticas de cópia e transmissão dos textos bíblicos (Paroschi, 2012, p. 94–95).

Entre os principais testemunhos do texto alexandrino destacam-se os papiros egípcios e alguns dos códices de relevância na tradição cristã. Os papiros Chester Beatty e Bodmer, datados entre os séculos II e III, preservam porções significativas do Novo Testamento e são considerados valiosos para a reconstrução do texto inicial. A eles se somam o Códice Sinaítico (01 Ⓝ) e o Códice Vaticano (B 03), ambos do século IV, que permanecem como pilares nos estudos da crítica textual em razão de sua antiguidade, amplitude e qualidade textual. Germano (2025, p. 38–39) observa que tais manuscritos, por apresentarem maior concisão e fidelidade, configuram-se como testemunhos privilegiados da tradição alexandrina, enquanto Paroschi (2012, p. 95–96) ressalta que sua uniformidade e antiguidade lhes conferem autoridade especial nas edições críticas modernas.

O texto alexandrino também se diferencia por apresentar características de maior brevidade, austeridade e rigor em comparação a outras tradições manuscritas. Para Germano (2025, p. 37–40), as leituras alexandrinas evitam expansões desnecessárias e mantêm construções mais enxutas, chegando, em alguns casos, a passagens de difícil compreensão, o que pode indicar maior proximidade com o texto primitivo. Essa sobriedade estilística contrasta, por exemplo, com o texto bizantino, que tende a harmonizar ou suavizar certas passagens. Paroschi (2012, p. 96–97) acrescenta que tal concisão e rigor conferem ao texto alexandrino elevado valor crítico, razão pela qual é geralmente considerado a tradição de maior importância entre as famílias textuais.

A avaliação moderna do texto alexandrino, contudo, também considera os limites das propostas feitas por estudiosos do século XIX, como Westcott e Hort, que o classificaram como

um “texto neutro”, entendido como a forma mais pura e polida do Novo Testamento, representada especialmente pelos códices Vaticano e Sinaítico. Entretanto, Berti (2021, p. 187–188) ressalta que a descoberta de papiros anteriores evidenciou o equívoco dessa concepção. Muitos desses manuscritos foram copiados por escribas não profissionais e apresentam erros comuns, o que demonstra que essa família textual não possui perfeição absoluta. Ainda assim, por evitar acréscimos e expansões frequentes em outras tradições, o texto alexandrino continua sendo considerado, na pesquisa acadêmica, a tradição de maior importância para a reconstrução do Novo Testamento.

### 3.5.2 Texto Bizantino

Também chamado de texto sírio ou eclesiástico, o texto bizantino tem sua origem associada à região de Antioquia da Síria, cidade de grande relevância desde os tempos apostólicos (cf. At 11.26, NAA). A partir do século IV, esse tipo textual foi levado para Constantinopla e, gradualmente, consolidou-se como o texto dominante em todo o Império Bizantino. Conforme observa Paroschi (2012, p. 99–100), o texto bizantino tornou-se, de longe, aquele com o maior número de testemunhos, representando mais de 80% dos manuscritos gregos conhecidos. Essa ampla difusão fez com que fosse grandemente aceito tanto na liturgia quanto na vida eclesiástica do cristianismo oriental. Germano (2025, p. 41) acrescenta que essa disseminação em larga escala, associada à autoridade que o texto passou a exercer na tradição grega, resultou em sua predominância na Idade Média como o principal tipo textual.

O texto bizantino se distingue por apresentar maior uniformidade e harmonização entre passagens paralelas, frequentemente suavizando construções e acrescentando elementos que tornam a leitura mais clara e acessível. Paroschi (2012, p. 101–103) argumenta que esse tipo textual tende a combinar tradições diferentes, mesclando leituras das famílias alexandrina e ocidental em uma forma mais elaborada e extensa. Exemplos desse fenômeno podem ser observados em diferentes passagens do Novo Testamento, como no acréscimo da doxologia em Mateus 6.13 — “pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém!” — e na inclusão da oração de Jesus em Lucas 23.34 — “Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem” (NAA). Berti (2021, p. 190–191) explica que essas expansões e interpolações resultam do esforço de tornar o texto mais completo e compreensível, ainda que produzam um estilo menos sóbrio e, em alguns casos, secundário em comparação às tradições mais antigas. Germano (2025, p. 42–43) complementa que, apesar das críticas quanto à fidelidade do texto bizantino

ao autógrafo, nenhuma de suas leituras deve ser rejeitada automaticamente apenas por sua origem, devendo ser analisada individualmente em comparação com outras tradições.

Durante o século XIX, estudiosos como Westcott e Hort propuseram que o texto bizantino teria surgido a partir de um processo de revisão deliberada, denominado recensão, supostamente conduzido por Luciano de Antioquia por volta do século IV. Essa teoria sustentava que o texto sírio — como era então denominado — resultava da combinação intencional de tradições anteriores, especialmente das famílias alexandrina e ocidental. Berti (2021, p. 190–191) explica que, segundo esses autores, o texto bizantino apresentava sinais de sistematização, buscando maior fluidez e harmonia nas Escrituras, de modo a adaptá-las ao uso eclesiástico. Contudo, pesquisas posteriores demonstraram que essa hipótese carece de sustentação textual e histórica. O estudioso Klaus Wachtel, do Institut für Neutestamentliche Textforschung (INTF), aponta que não há evidências de uma revisão oficial conduzida por Luciano, e que a ideia de uma recensão luciânica foi amplamente rejeitada pela crítica textual moderna.

Apesar das críticas relacionadas à sua origem tardia e às possíveis expansões textuais, o texto bizantino exerceu influência decisiva na preservação e transmissão do Novo Testamento ao longo da história. Com ampla aceitação no mundo de fala grega, manteve domínio por mais de dez séculos, tornando-se a base para diversas traduções e edições posteriores. Germano (2025, p. 43–44) explica que, mesmo não sendo o texto mais antigo, sua estabilidade e consistência, se tornou o principal modelo para uso litúrgico e devocional nas igrejas orientais. Paroschi (2012, p. 102–103) acrescenta que, embora o texto bizantino seja avaliado criticamente pela pesquisa contemporânea, foi ele quem preservou a fé e a prática comunitária da Igreja por séculos, servindo como testemunho de vitalidade da tradição manuscrita. Sua importância histórica, portanto, não se restringe ao campo da crítica textual, mas estende-se à história da recepção e espiritualidade eclesiástica, mostrando como o texto foi vivido, lido e transmitido no contexto da comunidade cristã.

### 3.5.3 Texto Ocidental

O texto ocidental constitui uma das tradições textuais mais antigas do Novo Testamento, sendo contemporâneo do texto alexandrino e difundido especialmente em Roma, na Gália e no norte da África — regiões marcadas por forte influência da cultura latina. De acordo com

Paroschi (2012, p. 97), o texto ocidental possui origem incerta, uma vez que circulou em diversas áreas, inclusive no ambiente cristão oriental, abrangendo a Síria, o que explica sua diversidade interna. Aland e Aland (2013, p. 59–60) observam que, nos primeiros séculos, o Ocidente não dispunha de um centro teológico definido nem de um texto unificado, o que resultou em manuscritos caracterizados por maior liberdade e variação textual. Assim, o texto ocidental destaca-se por seu caráter heterogêneo e por apresentar revisões locais que, embora não sistematizadas, revelam a dinâmica de transmissão dos escritos cristãos em comunidades de tradição predominantemente latina.

As principais características desse texto incluem paráfrases extensas, acréscimos explicativos e harmonizações entre passagens paralelas. Paroschi (2012, p. 98–99) descreve que palavras, frases e até seções inteiras foram, com frequência, modificadas, ampliadas ou até omitidas com o objetivo de tornar a leitura mais fluida e compreensível, especialmente nos Evangelhos e em Atos. Em alguns casos, há a inclusão de tradições orais ou de relatos considerados não canônicos sobre a vida e os ensinamentos de Jesus, o que evidencia um processo de transmissão livre e criativo. Berti (2021, p. 188–189) observa que o Códice Bezae<sup>30</sup> (D 05) é o principal representante grego do texto ocidental, distinguindo-se das demais famílias textuais por sua forma expandida. O livro de Atos, por exemplo, é cerca de 10% mais longo em sua versão ocidental do que nas edições críticas modernas. Essas particularidades demonstram que o texto ocidental foi transmitido com maior liberdade e variação, refletindo a diversidade de tradições presentes nas comunidades cristãs primitivas.

Apesar de seu caráter livre e de suas expansões, o texto ocidental mantém relevância para a crítica textual, pois fornece testemunhos antigos que contribuem para a compreensão do processo de transmissão do Novo Testamento. Paroschi (2012, p. 98) explica que, embora apresente numerosas modificações e paráfrases, ele preserva tradições de ampla difusão geográfica e significativa antiguidade, o que lhe confere valor histórico e crítico. Contudo, conforme argumentam Aland e Aland (2013, p. 59–60), a grande variação existente entre seus manuscritos impede que seja considerado o texto mais confiável para a reconstrução do autógrafo. Ainda assim, em razão das características já apresentadas, o texto ocidental ocupa

---

<sup>30</sup> O Códice Bezae é um manuscrito bilíngue (grego e latim), datado do início do século V, contendo os Evangelhos, Atos e parte de 3 João. De acordo com Comfort (2024, p. 114), foi produzido provavelmente no Egito ou no norte da África por um escriba cuja língua materna era o latim, embora Parker argumente que tenha sido copiado em Beirute. Considerado o mais controverso dos unciais do Novo Testamento, apresenta acréscimos, omissões e alterações interpretativas — especialmente em Lucas e Atos —, características que o tornam a principal testemunha do tipo de texto ocidental.

lugar importante na crítica textual neotestamentária, servindo como testemunho da diversidade e da vitalidade da transmissão bíblica nos primeiros séculos cristãos.

## **4. RELEVÂNCIA ECLESIAÍSTICA E DEFESA DA CONFIABILIDADE BÍBLICA**

Após a análise dos fundamentos teóricos e históricos da crítica textual, seguida do exame dos manuscritos, variantes e tradições relacionados ao Novo Testamento, torna-se necessário refletir sobre o significado dessas informações para a fé cristã. Observa-se que a crítica textual, sobretudo a manuscritologia bíblica, não se limita ao âmbito acadêmico, mas apresenta implicações diretas no cotidiano eclesiástico e na confiança que os fiéis depositam no texto neotestamentário. Compreender como o texto bíblico foi preservado ao longo dos séculos reforça a convicção de que a revelação divina permanece íntegra e digna de plena confiança.

Portanto, este último capítulo tem por objetivo demonstrar que a crítica textual, longe de abalar a fé cristã, reafirmação de forma consistente a integridade do texto do Novo Testamento no que se refere à sua inspiração, preservação e confiabilidade, resultantes de uma metodologia rigorosa, sustentada por evidências históricas e pela convicção da ação providencial de Deus ao longo da história.

Além disso, busca-se responder a objeções populares, mostrando que a fé cristã no texto bíblico é sólida e possui embasamento documentado, reconhecido tanto pela pesquisa acadêmica quanto pela tradição eclesiástica. Por fim, será apresentada uma aplicação pastoral e devocional dessas verdades, evidenciando que a segurança textual das Escrituras conduz o povo de Deus à proclamação confiante e fiel da Palavra divina.

### **4.1 INTRODUÇÃO: FÉ E CRÍTICA TEXTUAL**

A religião cristã se apresenta como essencialmente histórica, sendo compreendida como portadora de uma mensagem que não se fundamenta em alegorias morais ou conceitos abstratos, mas em fatos que ocorreram no tempo e no espaço. Diante disso, o Novo Testamento é entendido como uma obra que relata de forma real e fidedigna os feitos da vida e do ministério de Jesus de Nazaré. Gilbert (2018, p. 21–22) argumenta que o exame do Novo Testamento sob uma perspectiva histórica não compromete sua adequação teológica;<sup>31</sup> pelo contrário, legitima a análise racional da crença cristã. Para o autor, aproximar-se do texto bíblico “sem nenhum

---

<sup>31</sup> Por “adequação teológica” entende-se que a abordagem histórica do Novo Testamento não nega nem invalida os conteúdos centrais da fé cristã, como a identidade de Jesus, sua obra redentora e a mensagem apostólica. O exame crítico do texto visa avaliar sua transmissão, contexto e confiabilidade histórica, e não redefinir ou substituir os pressupostos teológicos confessionais que orientam a leitura da Igreja.

pleito especial”, isto é, tratá-lo como fonte histórica, permite avaliá-lo em pé de igualdade com qualquer outra obra da Antiguidade, reconhecendo-se, assim, a intenção dos autores de oferecer um relato ordenado e verificável (cf. Lc 1.1–3, NAA).

Ao propor esse método, Gilbert (2018, p. 23–26) apresenta uma corrente de confiabilidade composta por cinco elos que conectam o leitor contemporâneo aos autógrafos: as traduções, a transmissão manuscrita, a formação do cânon, a confiabilidade dos autores e a veracidade dos eventos narrados. De acordo com o autor, a resposta afirmativa a cada uma dessas etapas sustenta racionalmente que a Bíblia transmite informações históricas fidedignas. Essa abordagem reforça que a fé cristã não é meramente especulativa, mas se fundamenta em evidências que podem ser examinadas e comprovadas.

Em continuidade, Gilbert dedica o capítulo “Cópias de cópias de cópias?” (pp. 49–72) a refutar a objeção de que o texto do Novo Testamento teria sido corrompido ao longo dos séculos. O autor reconhece que, embora os autógrafos não estejam mais disponíveis, o cristianismo se apoia no conjunto documental mais robusto da Antiguidade. Com milhares de manuscritos gregos, versões antigas e citações patrísticas, é possível reconstruir, com notável precisão, a forma textual mais antiga recuperável do Novo Testamento. Mesmo diante da existência de variantes textuais, Gilbert argumenta que a maioria delas é irrelevante, pois não afeta o conteúdo substancial das Escrituras. Assim, longe de indicar fragilidade, essas evidências reforçam a integridade do texto neotestamentário e comprovam sua proximidade com a forma primitiva registrada pelos autores sagrados.

A análise de Gilbert (2018, p. 70–72) evidencia que o texto neotestamentário resulta de um processo histórico transparente e verificável. Os dados textuais e comparativos permitem afirmar que o texto do Novo Testamento, tal como é conhecido atualmente, reflete com elevado grau de confiabilidade a forma textual mais antiga recuperável da tradição cristã primitiva. Nesse contexto, a crítica textual não representa ameaça à fé, mas, ao conjugar rigor acadêmico e respeito pela tradição cristã, demonstra que os manuscritos, desenvolvidos ao longo da história, podem ser estudados historicamente sem que sua autoridade seja diminuída. Assim, confirma-se que fé e razão convergem em um mesmo propósito: preservar e comunicar com fidelidade o texto considerado sagrado.

## 4.2 A INSPIRAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS ESCRITURAS

A inspiração das Escrituras cristãs constitui o ponto inicial para a compreensão da autoridade e da confiabilidade da revelação textual. Os próprios escritos bíblicos reivindicam origem divina, como se observa em 2 Timóteo 3.16–17 e 2 Pedro 1.19–21, textos que fundamentam a crença de que os relatos foram insuflados por Deus (theopneustos<sup>32</sup>). De acordo com Linnemann (2009, p. 167–168), a inspiração não é uma construção teológica posterior, mas uma afirmação normativa da própria Palavra, pois “o Espírito Santo é quem dá origem às Escrituras” e dirigiu, de modo especial, os autores bíblicos para compô-las. Em concordância, Liebi (2018, p. 8–9) argumenta que os cristãos reconhecem tanto o Antigo quanto o Novo Testamento como portadores da integral Palavra de Deus. Assim, a doutrina da inspiração compreende que o exame crítico não se propõe a questionar a origem divina do texto, mas a evidenciar como essa inspiração foi preservada ao longo das eras.

No que concerne à preservação, compreende-se que as Escrituras revelam um notável nível de transmissão e integridade, mesmo após séculos de cópias manuais e traduções — algo que os cristãos reconhecem como expressão da providência divina na história. Liebi (2018, p. 10–12) demonstra que a transmissão do texto neotestamentário é um fenômeno sem paralelo na literatura antiga. Atualmente, são conhecidos mais de 5.800 manuscritos gregos do Novo Testamento, além de aproximadamente 20.000 versões antigas em outras línguas, como latim, siríaco, cóptico, armênio e georgiano, além de dezenas de milhares de citações patrísticas. Tais dados comprovam que o texto foi amplamente preservado e que as diferenças entre os manuscritos não afetam o conteúdo essencial das Escrituras. Para Liebi, o texto do Novo Testamento tal como pode ser reconstruído a partir da tradição manuscrita corresponde, em seu conteúdo essencial, àquele produzido pelos autores neotestamentários. Assim, pode-se compreender que a história da transmissão não cria a inspiração divina das Escrituras, mas testemunha sua preservação, resultando em uma fé cristã firmada em base documental consistente e historicamente verificável.

Portanto, reafirma-se que a crítica textual, ao examinar a variedade de manuscritos do Novo Testamento, não enfraquece a doutrina cristã da inspiração, mas a corrobora, ainda que de modo indireto. Orr-Ewing (2008, p. 60) observa que, mesmo diante das variantes, nenhuma delas constitui problema relevante, pois não afetam as doutrinas essenciais da fé cristã. Na realidade, a autora enfatiza que a multiplicidade de cópias permite reconstruir com alto grau de

---

<sup>32</sup> O termo theopneustos (θεόπνευστος), presente em 2 Timóteo 3.16, é definido no Léxico do Novo Testamento: grego-português como “inspirada por Deus”, indicando a origem divina das Escrituras (Gingrich; Danker, 1984, p. 97).

segurança os textos bíblicos originais. Compreende-se, assim, que a inspiração divina não se limita ao ato de revelação inicial, mas se estende à história da transmissão, na qual se reconhece a providência de Deus que conservou e fez conhecida sua Palavra pela Igreja ao longo das eras. Por conclusão, compreende-se que a inspiração e a preservação das Escrituras caminham para o reconhecimento da crítica textual, a qual, longe de ameaçar a fé, fornece-lhe fundamentos históricos e teológicos que a mantêm relevante na era contemporânea.

### **4.3 A CRÍTICA TEXTUAL COMO DEFESA DA CONFIABILIDADE**

A disciplina da crítica textual é uma das mais relevantes para a defesa da confiabilidade bíblica, pois se dedica ao exame comparativo dos manuscritos disponíveis, buscando reconstruir o texto mais próximo possível dos autógrafos. Longe de representar uma ameaça à fé cristã, ela se revela um instrumento de preservação e reafirmação histórica das Escrituras. Conforme argumenta Evans (2019, p. 25–27), a perda dos originais e a existência de variantes textuais não indicam corrupção do texto, mas evidenciam sua ampla circulação e importância entre as comunidades cristãs dos primeiros séculos. O autor critica estudiosos como Bart Ehrman, que, embora tenha sido um defensor da confiabilidade bíblica, passou a afirmar que as diferenças entre os manuscritos revelam fragilidade na doutrina da inspiração verbal. Para Evans, essa leitura é equivocada, pois ignora o processo histórico e humano de transmissão textual, no qual copistas, mesmo sendo falíveis, preservaram com notável fidelidade o conteúdo essencial das Escrituras, garantindo sua integridade e continuidade ao longo da história.

Daniel Wallace (2013, p. 111–113) destaca que o volume e a antiguidade dos manuscritos do Novo Testamento, somados às traduções em diversas línguas e à grande quantidade de citações patrísticas, reforçam o valor que a crítica textual confere à confiabilidade das Escrituras. Enquanto outros escritos clássicos raramente possuem mais do que algumas dezenas de cópias — com intervalos que chegam a cerca de mil anos entre o autógrafo e suas reproduções —, o Novo Testamento se mostra singular, pois seus manuscritos mais antigos apresentam distância temporal significativamente menor, em alguns casos de apenas poucas décadas após os autógrafos. Esses dados evidenciam que o texto bíblico foi transmitido com notável precisão, sustentando a confiabilidade documental da fé cristã.

Ao concluir, Wallace (2013, p. 118–119) destaca que, embora existam variantes textuais nos manuscritos do Novo Testamento — algumas das quais podem alterar nuances de

pensamento ou formulações doutrinárias —, nenhuma delas compromete as doutrinas centrais da fé cristã, tampouco modifica o conteúdo essencial das Escrituras. Em suas palavras:

“As variantes textuais mais importantes certamente alteram o significado de vários versículos. E há alteração de versículos, parágrafos e talvez unidades ainda maiores de pensamento que também são afetadas em algum grau. No fim, às vezes, uma doutrina em particular pode não ser afirmada em determinada passagem, dependendo da variante textual. Isso, porém, não significa dizer que essa doutrina possa ser negada. [...] Em última análise, nenhuma doutrina cardinal nem nenhuma verdade essencial é afetada por variante viável nenhuma nos manuscritos do Novo Testamento que sobreviveram. A divindade de Cristo, sua ressurreição, sua concepção virginal, a justificação pela fé e a Trindade, por exemplo, não são postas em risco em razão de nenhuma variante textual. Portanto, pode haver confiança na providência de Deus na preservação das Escrituras.” (Wallace, 2013, p. 118).

Esse reconhecimento demonstra que a crítica textual, quando aplicada de modo criterioso por estudiosos de renome, reafirmação a solidez documental das Escrituras e reforça a integridade da fé cristã. Assim, longe de enfraquecer a crença na inspiração divina, o trabalho crítico evidencia, com base em dados verificáveis, que o texto bíblico foi preservado com notável fidelidade, sustentando um grau elevado de segurança quanto à sua autenticidade e confiabilidade.

#### 4.4 ENFRENTANDO OBJEÇÕES POPULARES

Ao longo dos últimos séculos, a crítica moderna e o ceticismo acadêmico têm levantado objeções à confiabilidade textual das Escrituras, especialmente no que diz respeito aos Evangelhos e à pessoa de Jesus. Evans (2019, p. 44–48) observa que muitas dessas objeções decorrem de uma aplicação inadequada dos métodos críticos, os quais deveriam contribuir para a compreensão do texto, mas acabam, na verdade, por distorcer sua natureza histórica. O autor explica que a utilização de critérios de autenticidade — como coerência, atestação múltipla e critério do embaraço —, quando empregados de forma equilibrada, reforça a historicidade dos Evangelhos; contudo, quando aplicados de modo excessivamente rígido e seletivo, resultam em interpretações fragmentadas e desconectadas de seu contexto original. Evans também critica a postura de parte da academia contemporânea que, ao buscar um “Jesus alternativo”, desconsidera os elementos textuais, teológicos e arqueológicos que sustentam a credibilidade dos relatos neotestamentários, reduzindo-os a hipóteses especulativas desprovidas de base documental sólida.

Dentre as objeções mais recorrentes está a alegação de que o Novo Testamento — especialmente os Evangelhos — apresentaria contradições e erros, o que colocaria em dúvida a crença na autoridade e inspiração das Escrituras. McDowell e Sterrett (2015, p. 37–42)

enfrentam essa objeção demonstrando que a existência de aparentes discrepâncias é própria do processo humano de escrita e transmissão, não comprometendo, portanto, a veracidade do texto bíblico. Os autores afirmam que a ausência dos autógrafos não constitui um problema exclusivo da Bíblia, uma vez que nenhum documento da Antiguidade sobreviveu em sua forma original. A questão central, segundo eles, é avaliar a confiabilidade das cópias preservadas — e, nesse ponto, as evidências históricas e textuais reafirmam sua fidedignidade. McDowell e Sterrett acrescentam que a harmonia geral entre os relatos e a consistência doutrinária, mesmo diante de manuscritos copiados ao longo dos séculos, revelam a preservação cuidadosa do texto e reforçam a convicção cristã de que as Escrituras foram fielmente transmitidas sob a providência divina ao longo da história.

Outras contestações relacionadas à transmissão do texto neotestamentário também são amplamente refutadas pelos dados disponíveis, já que é comum o argumento popular de que os manuscritos teriam sido alterados intencionalmente por motivações ideológicas ou teológicas. McDowell e Sterrett (2015, p. 50–55) demonstram, porém, que as descobertas de papiros relevantes e próximos dos autógrafos, aliadas ao avanço do conhecimento arqueológico do século XX, reafirmam a antiguidade e a confiabilidade dos manuscritos do Novo Testamento. Os autores apresentam ainda o denominado teste bibliográfico, que consiste em avaliar a distância temporal entre os originais e suas cópias, bem como a quantidade de manuscritos preservados. Nesse aspecto, as evidências neotestamentárias se destacam de forma excepcional, superando amplamente qualquer outra obra da Antiguidade e demonstrando que o texto bíblico foi transmitido com notável precisão ao longo dos séculos.

Portanto, tanto as evidências textuais quanto os testemunhos históricos demonstram que as objeções atuais à autenticidade bíblica carecem de sustentação consistente, resultando, em grande parte, de desinformação ou de leituras ideologicamente orientadas. Evans (2019, p. 47–48) observa que as tentativas de reconstruir um “outro Jesus” ou de reinterpretar os Evangelhos neotestamentários refletem pressupostos críticos que desconsideram o contexto histórico e os métodos científicos adequados. De modo complementar, McDowell e Sterrett (2015, p. 78–81) ressaltam que a fé cristã se apoia em testemunhos oculares que permaneceram firmes mesmo diante da perseguição e da morte, confirmando com o próprio sangue as declarações contidas nas Escrituras. Nenhuma motivação humana plausível poderia justificar tal disposição, o que torna improvável a hipótese de uma invenção deliberada dos relatos. Assim, tanto a análise crítica quanto as evidências históricas convergem para a mesma conclusão: o texto do Novo

Testamento foi preservado com integridade, coerência e confiabilidade, resistindo às objeções populares e permanecendo sólido diante do exame acadêmico e do passar do tempo.

#### 4.5 APLICAÇÕES PASTORAIS E DEVOCIONAIS

A confiabilidade das Escrituras estabelece um elo entre a reflexão acadêmica e a vida devocional, ao demonstrar sua força moral e seu poder transformador, capazes de impactar a consciência e a prática humana. Liebi (2018, p. 85–87) descreve que a Bíblia é dotada de autoridade, revelando a mesma autoridade atribuída a Jesus (Mt 7.29, NAA), especialmente por seu caráter supra-humano de convencimento, que ultrapassa a esfera racional e alcança o ser humano em suas dimensões intelectual, emocional e volitiva. Tal autoridade não se impõe por coerção, mas se manifesta pela experiência de sua veracidade no encontro pessoal com o texto sagrado. Assim, a Escritura é performativa, pois, ao ser ouvida e acolhida, produz transformação na forma de viver e agir. Historicamente, essa força ética e espiritual tem conduzido indivíduos e comunidades a processos de mudança pessoal e social, promovendo reconciliação e restauração. Dessa forma, a autoridade bíblica se evidencia não apenas como conceito teológico declarado, mas como realidade experienciada no contexto vivencial da fé cristã.

Essa dimensão experiencial encontra seu complemento na reflexão de Gilbert (2018, p. 157–178), que amplia o escopo da confiabilidade bíblica para o campo pastoral e eclesiológico. Segundo o autor, a confiança na ressurreição de Jesus — evento histórico e teológico — confere à sua palavra a mesma autoridade que Ele demonstrou ao endossar o Antigo Testamento e ao autorizar a escrita do Novo. Assim, a Escritura se torna um agente de autoridade viva e permanente, sustentada pelo próprio Cristo ressuscitado. Para a comunidade cristã, isso implica reconhecer que o texto bíblico não é apenas um compêndio de literatura antiga, mas o centro de unidade da fé e o meio pelo qual o próprio Cristo continua a dirigir suas palavras aos ouvintes contemporâneos. No contexto pastoral, essa convicção redefine o ofício do ministro, que, ao expor o texto fielmente, não fala por si mesmo, mas como embaixador autorizado do Rei, transmitindo com reverência e fidelidade os ensinamentos do seu Mestre. A pregação e o ensino tornam-se, assim, atos de submissão à Palavra, e não de criatividade humana. No âmbito devocional, a segurança na confiabilidade bíblica sustenta a espiritualidade do crente, que lê as Escrituras com fé, convicção e obediência, reconhecendo nelas não um texto subjetivo ou adulterado, mas a revelação inspirada e preservada por Deus. Dessa forma, a confiança textual

concede à Escritura a autoridade que ela reivindica, unindo fé e razão em uma mesma experiência de missão e obediência, consolidando a vida da igreja sobre o testemunho fiel do Cristo ressuscitado.

Em síntese, a confiabilidade bíblica não se limita ao campo da defesa racional da fé, mas se manifesta como realidade vivida. A mesma Palavra que foi preservada com fidelidade histórica continua sendo o instrumento pelo qual Deus forma, orienta e sustenta sua igreja em todas as gerações.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscou-se compreender de que maneira a crítica textual contribui para a defesa da confiabilidade do texto neotestamentário e para a edificação da fé no contexto eclesiástico. Partindo da constatação de que os manuscritos originais não foram preservados, o estudo demonstrou que, mesmo diante dessa ausência, a transmissão textual das Escrituras ocorreu de forma ampla, documentada e verificável, sustentando a integridade e a autoridade da mensagem bíblica.

O primeiro capítulo abordou os fundamentos da crítica textual do Novo Testamento, definindo-a como a disciplina que busca restituir, a partir das cópias existentes, a forma mais próxima possível dos autógrafos neotestamentários. Traçou-se sua origem e desenvolvimento histórico, desde os esforços antigos de preservação até as edições críticas modernas, e diferenciou-se a crítica textual da alta crítica, ressaltando seu caráter técnico voltado à fidelidade textual. O capítulo também destacou sua importância teológica e apologética por reforçar a confiabilidade e a preservação das Escrituras, descrevendo, por fim, os métodos externo e interno como instrumentos essenciais na avaliação das variantes e na reconstrução do texto autógrafo.

O segundo capítulo tratou dos aspectos práticos da crítica textual, apresentando os principais elementos envolvidos na transmissão do Novo Testamento. Iniciou com a explicação do processo de cópia e difusão dos textos nas comunidades cristãs primitivas, mostrando como surgiram as variantes e tradições regionais. Em seguida, descreveu-se os tipos e quantidades de manuscritos — papiros, unciais, minúsculos e lecionários —, ressaltando sua importância na reconstrução do texto. O capítulo também analisou exemplos de variantes significativas, como o “final longo” de Marcos, e classificou-as em acidentais e intencionais, explicando suas causas e relevância crítica. Por fim, apresentou-se as principais famílias textuais — alexandrina, bizantina e ocidental —, destacando suas características, centros de origem e contribuições para a preservação e o estudo do texto neotestamentário.

O terceiro capítulo tratou da relação entre a crítica textual e a fé cristã, demonstrando que o estudo acadêmico do texto não enfraquece, mas reafirma a confiabilidade bíblica. Partindo da compreensão de que o cristianismo é uma fé histórica, o capítulo evidenciou que a crítica textual sustenta a integridade do Novo Testamento, ao mostrar que suas cópias preservam com alta precisão os escritos originais. Discutiu-se a inspiração e a preservação das

Escrituras como atos divinos, comprovados pela ampla documentação manuscrita acumulada ao longo da história. Em continuidade, apresentou-se a crítica textual como defesa da confiabilidade bíblica, destacando que nenhuma variante compromete as doutrinas centrais da fé. O capítulo também respondeu às objeções céticas, mostrando que as alegações de corrupção textual carecem de base factual, e encerrou com uma abordagem pastoral e devocional, afirmando que a confiabilidade das Escrituras fortalece a fé, orienta o ensino e reafirma a autoridade da Palavra de Deus na vida da Igreja.

Diante do exposto, conclui-se que a crítica textual é uma ferramenta indispensável para o estudo e a defesa do Novo Testamento, revelando que a crença cristã se apoia em fundamentos históricos sólidos e verificáveis. A preservação do texto bíblico ao longo dos séculos não é fruto do acaso, mas resultado de um processo providencial no qual Deus, por meio da ação humana, garantiu fielmente a transmissão de Sua Palavra.

Logo, o presente trabalho reafirma que a confiança na Bíblia não depende da posse dos manuscritos originais, mas do testemunho coerente de milhares de cópias que demonstram sua autenticidade. Em última instância, a crítica textual não diminui a fé, mas a fortalece, unindo o rigor acadêmico à devoção cristã. A mesma Palavra que foi fielmente preservada ao longo da história continua a iluminar, instruir e transformar a vida da Igreja em todas as gerações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAND, Kurt; ALAND, Barbara. **O Texto do Novo Testamento**: introdução às edições científicas do Novo Testamento Grego bem como à teoria e prática da moderna crítica textual. Tradução de Vilson Scholz. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013. 384 p.

ANGLADA, Paulo Roberto Batista. **Manuscritologia do Novo Testamento**: história, correntes textuais e o final do Evangelho de Marcos. Ananindeua: Knox Publicações, 2016. *E-book* (200 p.).

BERTI, Marcelo. **Crítica Textual**: curso de introdução à crítica textual do Novo Testamento. [S.l.]: Instituto Schaeffer; Dois Dedos de Teologia, 2021. E-book (PDF, 200 p.). Disponível em: [https://www.academia.edu/50355368/O\\_Texto\\_do\\_Novo\\_Testamento\\_Introdu%C3%A7%C3%A3o\\_%C3%A0\\_Cr%C3%ADtica\\_Textual](https://www.academia.edu/50355368/O_Texto_do_Novo_Testamento_Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_Cr%C3%ADtica_Textual). Acesso em: 25 set. 2025.

BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada: **Nova Almeida Atualizada**. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017.

BRUCE, F.F. **Merece confiança no Novo Testamento?** Tradução de Waldyr Carvalho Luz. 3.ed. Rev. São Paulo: Vida Nova, 2010. 160 p.

CAMBRAIA, César Nardelli. Crítica textual. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (org.). **Ciências da linguagem**: o fazer científico? v. 1. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. p. 293–319.

CHRISTIDIS, Dimitrios. A autenticidade do texto do Novo Testamento. *Revista Batista Pioneira*, v. 4, n. 1, p. 162–185, 2015. Disponível em: <https://revista.batistapioneira.edu.br/index.php/rbp/article/view/89>. Acesso em: 12 dez. 2025.

COMFORT, Philip W. Textos e manuscritos do Novo Testamento. In: COMFORT, Philip W. (org.). **A origem da Bíblia**. Tradução de Luís Aron de Macedo. 2. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2025. p. 211–241.

COMFORT, Philip Wesley. **Manuscritos do Novo Testamento**: uma introdução à paleografia e à crítica textual. Tradução de José Ribeiro Neto. São Paulo: Vida Nova, 2024. *E-book* (474 p.).

DE CARVALHO, Maximiano et al. Crítica textual: conceito-objeto-finalidade. **Confluência**, p. 57-63, 1994.

EHRMAN, Bart D. **O que Jesus disse? O que Jesus não disse?** Quem mudou a Bíblia e por quê? Tradução de Marcos Marcionilo. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2015. *E-book* (322 p.).

EVANS, Craig. **O Jesus fabricado**: como os acadêmicos atuais distorcem o evangelho. Tradução de Elizabeth Stowell Gomes. 1.ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2019. 240 p.

FREITAS, Marcelo; PICKERING, Wilbur. **Família 35**: texto original do Novo Testamento – exposição de evidências. Porto Alegre: Simplíssimo, 2020. *E-book* (299 p.).

GEISLER, Norman; NIX, William. **Introdução bíblica**: como a Bíblia chegou até nós. Tradução de Oswaldo Ramos. São Paulo: Editora Vida, 2006. 253 p.

GERMANO, Altair. **Manuscritos do Novo Testamento**: introdução à manuscritologia e um estudo comparativo entre as versões bíblicas ARC e NAA. Campinas: Edições Bernhard Johnson, 2025. 260 p.

GILBERT, Greg. **Por que confiar na Bíblia?** Tradução de Elizabeth Gomes. São José dos Campos, SP: Fiel, 2018. *E-book* (194 p.).

GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W. **Léxico do Novo Testamento**: grego-português. Tradução de Júlio P. T. Zabatiero. 1. ed. São Paulo: Vida Nova, 1984. 232 p.

LIEBI, Roger. **Podemos confiar na Bíblia?** Argumentos em defesa do livro dos livros. Tradução de Arthur Reinke. Porto Alegre: Chamada, 2018. 104 p.

LINNEMANN, Eta. **Crítica histórica da Bíblia**. Tradução de Wadislau Martins Gomes. 1. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2009. 208 p.

MCDOWELL, Josh; STERRETT, Dave. **Será que a Bíblia é verdadeira... mesmo?** Tradução de Thomas Ribas. 1. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2015. *E-book* (116 p.).

ORR-EWING, Amy. **Por que confiar na Bíblia?** Respostas a 10 perguntas difíceis. Tradução de Meire Portes Santos. Viçosa, MG: Ultimato, 2008. 144 p.

PAROSCHI, Wilson. **Origem e Transmissão do Texto do Novo Testamento**. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012. 344 p.

WALLACE, Daniel B. A confiabilidade dos manuscritos do Novo Testamento. In: GRUDEM, Wayne; COLLINS, C. John; SCHREINER, Thomas R. (orgs.). **Origem, confiabilidade e significado da Bíblia**. Tradução de Márcia Barrios Medeiros e Rogério Portella. 1. ed. São Paulo: Vida Nova, 2013. p. 111–119.